



Ofício nº 237/2023 – GR

Cáceres - MT, 20 de dezembro de 2023.

À SRA. MERCEDES MARIA DA CUNHA BUSTAMANTE

Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -

CAPES

Assunto: Ciência e Aprovação de Propostas de Cursos - Edital Nº 23/2023 - PARFOR EQUIDADE

Prezada Presidente,

Pelo presente, a Universidade do Estado de Mato Grosso, por meio da Reitora, vem manifestar oficialmente a ciência e aprovação das propostas de cursos em conformidade com o Edital Nº 23/2023 - PARFOR EQUIDADE.

A Universidade do Estado de Mato Grosso, por meio do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, conforme Resolução Ad Referendum nº 14/2023, manifesta-se favoravelmente a aprovação do curso nomeado a seguir:

- **Licenciatura Intercultural Indígena**

A Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) já demonstra um forte engajamento na oferta de cursos que valorizam a diversidade cultural e educacional, como é o caso da Licenciatura Intercultural Indígena. Este curso representa um passo significativo na direção de uma educação mais inclusiva e respeitosa às diferentes culturas, especialmente no que tange às comunidades indígenas. Através dele, a UNEMAT reafirma seu papel como uma instituição de ensino superior que não apenas se preocupa com a formação acadêmica de qualidade, mas também se dedica à promoção do respeito e do entendimento intercultural. A experiência da universidade na oferta deste tipo de curso é um claro indicativo de sua capacidade e compromisso





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
GABINETE DA REITORIA



em alinhar-se com os objetivos propostos pelo Edital Nº 23/2023 - PARFOR EQUIDADE, contribuindo assim para o enriquecimento educacional e cultural não só dos estudantes, mas também das comunidades indígenas e da sociedade em geral.

Confirmamos o compromisso da universidade em aderir aos objetivos estabelecidos no edital, garantindo a excelência e a adequação das propostas aos públicos-alvo desses cursos.

Cientes da importância deste projeto para o desenvolvimento educacional e cultural, nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente

VERA LUCIA DA ROCHA
MAQUEA:39553370144
3370144

Assinado de forma digital por VERA LUCIA DA ROCHA
MAQUEA:39553370144
Dados: 2023.12.20 16:00:19 -04'00'

Profa. Dra. Vera Lúcia da Rocha Maquêa

Reitora





PARECER Nº 070/2023 – AGFD/PROEG/UNEMAT

Partes Interessadas: Universidade do Estado de Mato Grosso
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Faculdade Indígena Intercultural
Curso de Licenciatura Intercultural Indígena

ASSUNTO: Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do curso de Licenciatura Intercultural Indígena ofertado pela Faculdade Intercultural Indígena

HISTÓRICO: Trata-se do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do curso de Licenciatura Intercultural ofertado pela Faculdade Intercultural Indígena nos municípios de Ribeirão Cascalheira e Canarana em Mato Grosso.

Constam neste Processo o Projeto Pedagógico e o Ofício Nº237 – GR- MEC PROEG aprovando a proposta do Curso para ser submetida ao Edital Nº23/2023 Parfor Equidade.

ANÁLISE:

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena foi concebido com vistas a atender às exigências sociais das comunidades indígenas do estado de Mato Grosso, fundamentando-se na legislação que baseia o exercício profissional dos licenciados que habilita.

Possui como fundamento legal a Constituição Federal Brasileira de 1988; Lei nº 9394/1996; RESOLUÇÃO 01/2015-CNE, de 07/01/2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio; RESOLUÇÃO 023/2008-CONEP e RESOLUÇÃO 114/2015-CONSUNI.

O Currículo do(s) curso(s), entendido aqui como o projeto que preside as atividades educativas, explicita suas intenções e proporciona orientações para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem (SEDUC, 1995), expressa-se pelo conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que serão selecionados, organizados, debatidos e apreendidos pelos participantes dessa comunidade educativa especial (cursistas, docentes, assessores, coordenadores).

Por se tratar de uma construção social e culturalmente situada e por envolver sujeitos históricos com diferentes pedagogias e formas de organização, a práxis curricular deverá revelar o seu compromisso com esses sujeitos e com as suas histórias, sociedades e culturas.

A proposta final do curso quedou, em resumo, à seguinte configuração:



Denominação do Curso: Licenciatura Intercultural Indígena;
Ano de criação: 2023;
Ano de implantação do currículo anterior: 2023;
Grau oferecido: Nível Superior - Licenciado(a);
Título Acadêmico conferido: - Licenciado em Línguas, Artes e Literaturas
- Licenciado em Ciências Matemáticas e da Natureza
- Licenciado em Ciências Sociais
Modalidade de Ensino: Educação Superior Indígena – Presencial;
Tempo mínimo de integralização: 08 semestres ou 4 anos;
Carga horária total: 3.360 horas;
Número de vagas: 80 vagas que serão distribuídas entre as 3 formações;
Ingresso: Vestibular específico;
Campus de Vinculação: Barra do Bugres – Faculdade Intercultural Indígena;
Local de oferta: Ribeirão Cascalheira e Canarana, MT
Período: Integral;

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Intercultural possui como objetivo formar e habilitar professores e professoras indígenas em Licenciatura Intercultural para o exercício docente nos anos finais do Ensino Fundamental e em disciplinas específicas do Ensino Médio, conforme a área de terminalidade em que fizer opção: “Línguas, Artes e Literaturas” ou “Ciências Matemáticas e da Natureza” ou “Ciências Sociais”, com vistas ao exercício integrado da docência, da gestão e da pesquisa assumida como princípio pedagógico.

Há que se observar que, devido à natureza de turma única e das especificidades da formação em serviço de professores(as) indígenas como disposto na Resolução 01/205-CNE, os 10% relativos à “creditação de extensão” estarão relacionados aos Estudos Cooperados de Ensino, Pesquisa e Extensão, mediante institucionalização das atividades e registro no histórico de cada discente, conforme resolução específica.

A proposta sintetizada da carga horária é a seguinte:

	CH
Presencial – Tempo Universidade	2.520
Etapa Intermediária / Estudos Cooperados de Ensino, Pesquisa e Extensão	420
Estágio Supervisionado	420
Atividades Complementares	200
CH Total	3.560

Por fim, cabe salientar que devido a especificidade do curso aplicou-se a I.N. 003/2019 – UNEMAT ao que coube como possível e viável.

PARECER: Após análise do processo, considerando os documentos acostados aos autos, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, por meio de sua Assessoria de Formação Diferenciada



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO



exara **PARECER FAVORÁVEL** à proposta de novo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do curso de Licenciatura Intercultural Indígena ofertado pela Faculdade Intercultural Indígena no município de Ribeirão Cascalheira e Cananrana, MT. **É o parecer.**

À ASSOC inclusão na próxima pauta do CONEPE.

Cáceres 20/12/2023


Profª Drª Fernanda Martins da Silva
Assessora de Gestão de Formação Diferenciada
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Portaria nº 068/2023

95854	VANUZIA DA SILVA ARAUJO	ESCRIVÃO	2014/2015	24/09/2014 A 23/09/2015	10
			2015/2016	24/09/2015 A 23/09/2016	10
			2016/2017	24/09/2016 A 23/09/2017	10
			2017/2018	24/09/2017 A 23/09/2018	10
			2018/2019	24/09/2018 A 23/09/2019	10
			2019/2020	24/09/2019 A 23/09/2020	10
			2020/2021	24/09/2020 A 23/09/2021	10
136541	VANESSA MIRANDA DE PAULA	INVESTIGADOR	2018/2019	14/03/2018 A 13/03/2019	10
			2019/2020	14/03/2019 A 13/03/2020	10
			2020/2021	14/03/2020 A 13/03/2021	10
234299	VINICIUS SOUZSA DA COSTA MARQUES	INVESTIGADOR	2018/2019	22/06/2018 A 21/06/2019	10
			2019/2020	22/06/2019 A 21/06/2020	10
			2020/2021	22/06/2020 A 21/06/2021	10
133025	YARA PRSICILA ZANCO PEREIRA	ESCRIVÃ	2019/2020	26/01/2019 A 25/01/2020	9.80
259867	YNDIRA XAVIER FIGUEIREDO ELBERS	INVESTIGADOR	2018/2019	26/01/2018 A 25/01/2019	10
259887	YAGO PAELO PRATES	INVESTIGADOR	2020/2021	26/01/2020 A 25/01/2021	10
101143	WANCLEY CHARLES RODRIGUES DE CARVALHO	INVESTIGADOR	2017/2018	16/04/2017 A 15/04/2018	10
			2018/2019	16/04/2018 A 15/04/2019	10
			2019/2020	16/04/2019 A 15/04/2020	10
			2020/2021	16/04/2020 A 15/04/2021	10
242815	WALKUIRIA FILIPALDI CORREA	INVESTIGADOR	2020/2021	19/02/2020 A 18/02/2021	9.94
59493	WALCLEIDE PEREIRA BARRETO	INVESTIGADOR	2018/2019	02/06/2019 A 01/06/2020	10
			2020/2021	02/06/2020 A 01/06/2021	9.94
	WDSON ANDERSON DA SILVA MEDEIROS	INVESTIGADOR	2018/2019	22/06/2018 A 21/06/2019	10
			2019/2020	22/06/2019 A 21/06/2020	9.96
			2020/2021	22/06/2020 A 21/06/2021	9.96
110962	WELLITON LUIZ MARTINS RIBEIRO	INVESTIGADOR	2019/2020	30/03/2019 A 29/03/2020	10
			2020/2021	30/03/2020 A 29/03/2021	9.79

SEFUC

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 090/2021-GAB/CEE-MT

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar nº 49/1998, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 209/2005 e no Regimento Interno do CEE-MT, aprovado pelo Decreto Governamental nº 543, de 30 de junho de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar a Portaria Nº 037/2018/GAB-CEE/MT, D.O.E de 22/03/2018, pág. 18, para correção do período de recondução:

Onde se lê: "Recredenciar a Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT, mantida pela Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso, com Sede Administrativa localizada na Avenida Tancredo Neves, Nº 1095, Bairro Cavalhada, município de Cáceres-MT, para os Campus Universitários de Alta Floresta, Alto Araguaia, Barra do Bugres, Cáceres, Colíder, Diamantino, Juara, Luciara, Nova Mutum, Nova Xavantina, Pontes e Lacerda, Sinop,

Tangará da Serra, bem como seus respectivos Núcleos Pedagógicos pelo período do ciclo avaliativo iniciado em 2019, considerando a prorrogação do atual Ato Autorizativo até 31/12/2018."

Leia-se: "Recredenciar a Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT, mantida pela Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso, com Sede Administrativa localizada na Avenida Tancredo Neves, Nº 1095, Bairro Cavalhada, município de Cáceres-MT, para os Campus Universitários de Alta Floresta, Alto Araguaia, Barra do Bugres, Cáceres, Colíder, Diamantino, Juara, Luciara, Nova Mutum, Nova Xavantina, Pontes e Lacerda, Sinop, Tangará da Serra, bem como seus respectivos Núcleos Pedagógicos pelo período do ciclo avaliativo de 01/01/2019 a 31/12/2024, considerando a prorrogação do atual Ato Autorizativo até 31/12/2018."

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA
PUBLICADA
CUMPRASE

Cuiabá, 29 de setembro de 2021.

GELSON MENEGATTI FILHO
Presidente do CEE/MT



RESOLUÇÃO Nº 014/2023 – AD REFERENDUM CONEPE

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, vinculado à Faculdade Indígena Intercultural do Câmpus Universitário de Barra do Bugres "Deputado Renê Barbour".

A Reitora da Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes Maldonado" – UNEMAT, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem o art. 19, §1º c/c art. 32, X do Estatuto da UNEMAT (Resolução nº 002/2012-CONCUR); considerando o Edital nº 023/2023-PARFOR-EQUIDADE, Processo nº 23065.007068/2023-65 e Parecer nº 037/2023-PROEG;

RESOLVE AD REFERENDUM DO CONEPE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, vinculado à Faculdade Indígena Intercultural do Câmpus Universitário de Barra do Bugres "Deputado Renê Barbour".

Art. 2º O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, visa atender a legislação nacional vigente, as Diretrizes Curriculares Nacionais e normativas internas da UNEMAT e tem as seguintes características:

- I. Grau oferecido: Licenciatura Intercultural Indígena;
- II. Carga horária total do Curso: 3.360 (três mil e trezentas e sessenta) horas;
- III. Integralização em, no mínimo, 8 (oito) semestres;
- IV. Período de realização do curso: Integral – durante as etapas presenciais;
- V. Modalidade de ensino: Turma Única – modular/presencial;
- VI. Concurso Vestibular Específico, com oferta de 80 (oitenta) vagas.

Art. 3º O Projeto Pedagógico do Curso consta no Anexo Único desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Reitoria da Universidade do Estado de Mato Grosso, em Cáceres/MT, 22 de dezembro de 2023.

Prof. Dra. Vera Lúcia da Rocha Maquêa
Reitora da Universidade do Estado de Mato Grosso



ANEXO ÚNICO
RESOLUÇÃO Nº 014/2023-AD REFERENDUM DO CONEPE

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL
INDÍGENA**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – CARLOS ALBERTO REYES
MALDONADO**

REITORA: Professora Vera Lúcia da Rocha Maquêa

VICE-REITORA: Professor Alexandre Gonçalves Porto

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO: Professora Nilce Maria da Silva

CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DEPUTADO ESTADUAL RENÊ BARBOUR

DIRETOR POLÍTICO-PEDAGÓGICO E FINANCEIRO: Prof. Fernando Selleri Silva

Endereço: Rua A - s/nº - Bairro São Raimundo, Barra do Bugres-MT

FACULDADE INDÍGENA INTERCULTURAL

DIRETORA: Professor José Wilson Pires Carvalho

Endereço: Rua A, s/nº, Bairro São Raimundo, Barra do Bugres-MT

E-mail: faindi@unemat.br

COORDENAÇÃO DO CURSO

COORDENADORES: Profª Eliane Boroponepa Monzilar e Prof. Antônio Francisco Malheiros

Endereço: Rua A - s/nº - Bairro São Raimundo, Barra do Bugres-MT

E-mail: pedagogia.faindi@unemat.br

COLEGIADO DE CURSO

Presidente

- José Wilson Pires Carvalho

Representação Docente

- Waghma Fabiana Borges Rodrigues

- Antônio Francisco Malheiros

- Eliane Boroponepa Monzilar

- Ana Cláudia Pereira Terças Trettel

Representação PTES

- Mauro Aparecido Ferreira

Representação Discente

Membro Titular

- Eli Jorge Rondon Sobrinho

- Kamirang Kaiabi

- Durcivânia Francisca Kawit

- Adirneide Haloyerce

- Evandro Ikaraxo Tapirapé

- Edimilson Serenhoa Serejaiene

Membro Suplente

- Wellington Xavier Karajo

- Valdison Zemazokoe

- Ermison Bybyimo Rikbakta

- Bilu Kalapalo

- Kapiaka Txicão

- Deomedio A. Tsiwari

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

- José Wilson Pires Carvalho

- Waghma Fabiana Borges Rodrigues

- Eliane Boroponepa Monzilar

- Adailton Alves da Silva

- Antônio Francisco Malheiros



DADOS GERAIS DO CURSO

Denominação do curso	Licenciatura Intercultural Indígena
Ano de Criação	2008
Ano de implantação do currículo anterior	2024
Data de adequação do PPC	2023
Grau oferecido	- Licenciatura em Línguas, Artes e Literaturas - Licenciatura em Ciências Matemáticas e da Natureza - Licenciatura em Ciências Sociais
Título acadêmico conferido	- Licenciado em Línguas, Artes e Literaturas - Licenciado em Ciências Matemáticas e da Natureza - Licenciado em Ciências Sociais
Modalidade de ensino	Educação Superior Indígena
Tempo mínimo de integralização	8 semestres
Carga horária mínima	3.360
Número de vagas oferecidas	80 (4 turmas – 20 vagas)
Turno de funcionamento	Integral – durante as etapas presenciais
Formas de ingresso	Concurso Vestibular Específico (Turma Única)
Atos legais de autorização, reconhecimento e renovação do curso	<ul style="list-style-type: none">- Criação e implantação dos Cursos de Licenciatura Específicos para formação de Professores Indígenas do Programa de Educação Superior Indígena Intercultural – PROESI – Resolução 024/2008-CONSUNI, de 10 de julho de 2008 (Alterada pela Resolução 034/2013-CONSUNI-Ad Referendum; homologada, por sua vez, pela Resolução 034/2015-CONSUNI, de 24/04/2015).- Autorização para o aumento de 60 vagas do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena a serem ofertadas em 2016. As vagas criadas “deverão seguir o Projeto Pedagógico do Curso conforme Resolução nº 024/2007-CONEPE e posteriores alterações: Resolução nº 024/2013-Ad Referendum do CONEPE, homologada pela 044/2015- CONEPE”. - Resolução 114/2015-CONSUNI, de 27-28/10/2015.- Aprovação do projeto político-pedagógico do curso - Resolução 023/2008-CONEPE, de 16/05/2008 (alterada pela Resolução nº 024/2013 - Ad Referendum do CONEPE de 11/10/2013 e homologada pela Resolução 044/2015- CONEPE, de 16-17/04/2015.- Renovação de Reconhecimento do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena - Portaria Nº 69/2016-GAB/CEE-MT, de 08/11/2016 – D.O nº 26.897/2016, de 09/11/2016.
Endereço do curso	Rua A - s/nº - Bairro São Raimundo - Barra do Bugres - MT



1. CONCEPÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA

1.1 Histórico do curso de Licenciatura Intercultural Indígena

Os dados do censo de 2022¹ do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apontam que o Estado de Mato Grosso abriga, em seu território, 58.231 pessoas indígenas, distribuídas entre quarenta e quatro etnias, que lhe conferem características de um estado pluricultural e multilíngüístico. Essas etnias, há muito tempo, lutam pela implementação de programas educacionais específicos, diferenciados e voltados para o seu cotidiano, dentre eles, a qualificação e habilitação em nível superior dos professores que trabalham nas escolas das aldeias.

Sensível a essas demandas e incentivado por Universidades e por entidades da sociedade civil², o Governo do Estado de Mato Grosso, por meio do Decreto Nº 1.842, de 21 de novembro de 1997, instituiu uma comissão interinstitucional e paritária, composta por representantes das sociedades indígenas e de órgãos públicos estaduais e federais, com o objetivo de elaborar um anteprojeto de cursos de licenciaturas para a formação de professores indígenas.

Assim, numa primeira etapa dos trabalhos, a comissão aceitou o desafio de elaborar uma proposta preliminar que, uma vez concluída, foi distribuída entre professores, lideranças indígenas e representantes do Conselho de Educação Escolar Indígena, bem como, entre dezenas de instituições públicas e educacionais do estado e do país, para apreciação e complementações.

Numa segunda etapa, a comissão passou a analisar as proposições recebidas das comunidades indígenas, das instituições e de pessoas interessadas, e buscou definir os contornos finais do projeto. Nesse processo, contou com a participação de consultores vinculados a diferentes instituições e com o apoio político e institucional de organismos governamentais e não governamentais de âmbito regional, nacional e internacional.

Portanto, proposta de cursos de Licenciaturas Específicas para a Formação de Professores Indígenas, inicialmente, conhecido como 3º Grau Indígena, nasceu do esforço coletivo de inúmeras pessoas³, instituições e comunidades indígenas que acreditaram e acreditam na possibilidade de se construir novos caminhos para a educação escolar indígena. Ao longo dos anos, o “3º Grau Indígena”, que se tornou uma referência nacional, teve mudanças na nomenclatura e na acomodação no organograma da Unemat: já foi “Projeto de Formação de Professores Indígenas — 3º Grau Indígena” (2001); “Cursos de Licenciatura Específicos para Formação de Professores Indígenas — 3º Grau Indígena”; “Cursos de licenciaturas específicas para a Formação de Professores Indígenas” até chegar a “Licenciatura Intercultural Indígena”; de “projeto” passou a “Programa de Educação Superior Indígena Intercultural — PROESI” (2007), vinculado diretamente à PROEG, depois à “Diretoria de Gestão de Educação Indígena” — DGEI/PROEG até a criação, durante o II Congresso Universitário da UNEMAT (2008), da “Faculdade Indígena Intercultural” — FAINDI, vinculada ao *Câmpus* Universitário de Barra do Bugres. É pela Faindi, portanto, que são oferecidos o curso de Licenciatura Intercultural Indígena (englobando as áreas de “Línguas, Artes e Literaturas”, “Ciências Matemáticas e da Natureza” e “Ciências Sociais”) e o curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena.

No ano de 2022, iniciou-se o curso de Licenciatura em Matemática Intercultural, com 40 alunos indígenas, sendo oferecido no Campus Universitário de Luciara, por meio da FAINDI. No

¹ Em 2023, o IBGE publicou dados a cerca da população indígena obtido no Censo Demográfico realizado em 2022.” (https://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/folder_indigenas_web.pdf).

² É importante destacar, como defende Ferreira (2015, p. 111), a realização da Conferência Ameríndia de Educação e do Congresso de Professores do Brasil, promovidos pela SEDUC-MT em 1997, eventos em que se articulou a composição da Comissão Interinstitucional e Paritária, responsável pela formulação de um anteprojeto de cursos de graduação específicos e diferenciados.

³ As discussões sobre esse processo de construção da Educação Escolar Indígena foram desencadeadas no projeto Inajá I (1987-1991). É importante destacar, ainda, que a professora Judite Gonçalves de Albuquerque foi uma das mentoras dessa construção.



ano de 2023, na FAINDI, 90 acadêmicos indígenas iniciaram o curso de Licenciatura Indígena Intercultural e 30 acadêmicos indígenas no Curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural. Além disso, pela primeira vez iniciamos uma turma com 50 acadêmicos em Bacharelado em Enfermagem Indígena Intercultural. Essa turma é a primeira no Brasil na área da enfermagem com foco em atender somente indígenas do Estado de Mato Grosso e propiciará formação de profissionais de saúde de 41 etnias. De modo que somando os três cursos a FAINDI possui atualmente matriculados nos seus cursos 210 acadêmicos.

Esses sucessivos movimentos internos não apenas contribuem para o reconhecimento da UNEMAT como uma IES que prima pela formação acadêmica dos povos indígenas, mas também sinalizam a importância do árduo trabalho coletivo de instituições parceiras com o movimento de professores indígenas a fim de desencadear políticas públicas pela afirmação de identidades étnicas, de processos próprios de ensino-aprendizagem e de luta por uma educação de qualidade que atenda aos anseios dos povos indígenas.

Essa é a perspectiva pela qual consideramos que a Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, no ano de 2001, cumprindo um de seus princípios voltados à valorização da diversidade cultural brasileira, colocou em funcionamento um de seus mais ousados projetos: a oferta de graduação específica e diferenciada para indígenas. De modo mais particular, o Curso de Licenciatura Específica para Formação de Professores Indígenas em três áreas de terminalidade (habilitação): “Línguas, Artes e Literatura”; “Ciências da Natureza e Matemática” e “Ciências Sociais”.

Para a primeira turma (2001-2006), foram ofertadas 180 vagas para Mato Grosso e 20 vagas para demais Estados do Brasil; destas mais 6 estudantes ingressaram, formaram-se 186 alunos. Desses outros Estados, a Unemat graduou acadêmicos representantes dos seguintes povos: Kaxinawa (AC), Manchineri (AC), Wassu Cocal (AL), Baniwa (AM), Tikuna (AM), Baré (AM), Pataxó (BA), Tuxá (BA), Tapeba (CE), Tupinikim (ES), Potiguara (PB), Kaingang(RS e SC) e Karajá (TO).

Mantendo a dinâmica de vestibular específico, em 2005, teve início a segunda turma (2005- 2009), com 100 vagas oferecidas somente para indígenas de Mato Grosso, das quais foram graduados 90 acadêmicos. Para a terceira turma (2008- 2012), foram ofertadas 50 vagas e, para a quarta turma (2012-2015), mais 50 vagas.

No período de 2012-2016, além dos cursos de Licenciaturas Intercultural (2012-2016), a UNEMAT passou a ofertar também o curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural⁴, para o qual abriu 50 vagas, todas ocupadas por professores de aldeias indígenas, pertencentes a 32 povos do Estado de Mato Grosso.

A partir do segundo semestre de 2015, a UNEMAT passou a atender 120 acadêmicos, sendo 60 do curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural e 60 do curso de Licenciatura Intercultural (Resolução 114/2015-CONSUNI, de 27-8/10/2015), pertencentes às seguintes etnias: Apiaká, Aweti, Bakairi, Bororo, Cinta Larga, Chiquitano, Ikpeng, Manoki/Irantxe, Juruna, Kalapalo, Kamaiurá, Karajá, Kayabi/Kawaiwete, Kuikuro, Matipu, Mebêngokrê, Mehinako, Myky, Munduruku, Nafukwá, Nambikwara, Paresi, Rikbaktsa, Paíter/Suruí, Kisêdjê/Suyá, Tapayuna, Tapirapé, Terena, Trumai, Umutina, Waurá, Xavante e Yawalapiti.

Além dos cursos de graduação, é importante destacar que, no período compreendido entre 2001 a 2015, foram ofertadas três especializações *Lato Sensu* em Educação Escolar Indígena, com a participação de professores indígenas graduados e interessados de diferentes instituições que atuam em questões indígenas.

Resultante dessa trajetória, atualmente a Faculdade Indígena Intercultural conta com um acervo de aproximadamente 3.700 publicações disponíveis na biblioteca, entre elas, a Série Institucional, Série Experiências Didáticas, Série Práticas Interculturais, mais de 5 mil fotos registradas e cerca de 57 mil documentos catalogados. Também já foram desenvolvidos projetos de pesquisa, em parceria com o CNPq, CAPES e FAPEMAT, bem como o projeto PIBID-

⁴ A finalidade do curso é a formação de docentes para atuarem na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e na Gestão da Educação Escolar Indígena.



DIVERSIDADE, que contou com o financiamento da CAPES em dois momentos: o projeto “Elaboração de Materiais Didáticos nas Escolas Indígenas de Mato Grosso” (PIBID-DIVERSIDADE — UNEMAT/CAPES - 2011-2013) propiciou a publicação de quase 70 livros para apoio didático nas escolas indígenas de Mato Grosso; em 2014, foi aprovada a segunda edição do projeto “Elaboração de Materiais Didáticos nas/para as escolas indígenas de Mato Grosso” (PIBID-DIVERSIDADE — UNEMAT/CAPES), destinado a 100 bolsistas, que também resultou na produção de 96 livros para apoio didático nas escolas indígenas de Mato Grosso. Pela capilaridade do projeto, pode-se dizer que, de forma direta, mais de 70 escolas estaduais e municipais foram contempladas. Apesar disso, devido à redução de bolsas de iniciação à docência, não houve edital específico para o PIBID-DIVERSIDADE e licenciaturas indígenas tiveram de pleitear vagas no edital geral. Houve a aprovação de 3 projetos (1 com 16 bolsas e 2 com outras 8 bolsas cada) e 29 bolsistas dos cursos de Licenciaturas Indígenas da instituição foram contemplados.

Outro elemento importante à história do curso, pensando na indissociabilidade de ensino/pesquisa/extensão, é a participação em eventos. Em 2017, por exemplo, a Faculdade Indígena Intercultural sediou o *I Congresso de Línguas Indígenas de Mato Grosso* e a *II Jornada dos Povos do Brasil: Educação, Territórios e Identidades*, eventos de caráter científico que reuniram linguistas do país, professores indígenas de diversas etnias do Estado e grupos sociais organizados. Nesse processo de difusão de saberes e conhecimentos, estabeleceram-se diálogos interculturais e contra hegemônicos. Tais eventos foram financiados pela FAPEMAT e CAPES, respectivamente. Em 2018, houve a realização do II Congresso de Línguas Indígenas de Mato Grosso. De 01 e 06 de outubro de 2019, discentes e docentes da FAINDI participaram do *II Congresso Internacional sobre Línguas Indígenas e Minorizadas — II Cirlin⁵*, evento chancelado pela Organização da Nações Unidas.

Nessas duas décadas de Educação Escolar para indígenas, a instituição já formou/graduou 567 professores/as indígenas e 140 especialistas.

Os/As 567 graduados/as atendem as seguintes etnias:

- **Licenciatura em Pedagogia Intercultural:** Apiaká, Bororo, Chiquitano, Cinta Larga, Ikpeng, Irantxe, Juruna, Kalapalo, Kamaiurá, Kayabi, Mebêngokrê, Munduruku, Myky, Rikbaktsa, Suruí, Suyá, Tapayuna, Tapirapé, Terena, Umutina, Waurá, Xavante.

- **Licenciatura em Línguas, Artes e Literaturas:** Apiaká, Aweti, Bakairi, Baniwa, Bororo, Chiquitano, Ikpeng, Irantxe, Yawalapiti, Kaingang, Kamaiurá, Karajá, Kayabi, Kuikuro, Matipu, Mehinako, Nambikwara, Nafukuá, Mebêngokrê, Paresi, Rikbaktsa, Suyá, Suruí, Tapirapé, Terena, Trumai, Umutina, Xavante, Waurá, Zoró.

- **Licenciatura em Ciência Matemática e da Natureza:** Bakairi, Baniwa, Bororo, Chiquitano, Ikpeng, Irantxe, Yawalapiti, Kaingang, Karajá, Kayabi, Kuikuro, Matipu, Munduruku, Nambikwara, Nafukwá, Mebêngokrê, Myky, Paresi, Rikbaktsa, Suruí, Tapeba, Tapirapé, Terena, Tuxá, Umutina, Xavante, Waurá, Zoró.

- **Licenciatura em Ciências Sociais:** Apiaká, Aweti, Bakairi, Baré, Bororo, Ikpeng, Irantxe, Kaingang, Kamaiurá, Karajá, Kaxinawá, Kayabi, Kuikuro, Kalapalo, Mehinako, Mebêngokrê, Panará, Paresi, Pataxó, Potiguara, Rikbaktsa, Suyá, Tapeba, Tapirapé, Terena, Ticuna, Trumai, Tukano, Umutina, Xavante, Waurá, Zoró.

Diante dessa trajetória na formação de professores indígenas, a UNEMAT, por meio da Faculdade Indígena Intercultural — FAINDI, lançou-se a mais um desafio em responder a reivindicações constantes dos povos indígenas do Estado, acerca da formação continuada em nível *Stricto Sensu*, em consonância com o Art. 5º da resolução CNE/CP nº 1, de 07 de janeiro de 2015, aprovando o primeiro Mestrado profissional específico para professores indígenas, “Ensino em contexto Indígena Intercultural” com edital de seleção para a segunda turma. Diferentemente da graduação que abre processo seletivo para começar uma turma após o encerramento de outra (aproximadamente 5 anos), o Mestrado tem seleção anual em fluxo contínuo. O Programa de Pós-Graduação em Ensino em Contexto Indígena Intercultural (PPGECII) em Nível de Mestrado iniciou com a primeira turma de 20 alunos no ano de 2020 e atualmente encontra-se na quarta turma, todos professores indígenas das diversas etnias. O



PPGECII conta com 19 docentes credenciados como orientadores, possui 59 mestrandos e já titulóu 28 mestres.

É preciso, portanto, reiterar que a UNEMAT tem experiência com a formação de professores indígenas (Graduação e Pós-graduação) e tem primado pela oferta de cursos com articulação entre movimento indígena, discussões de território dos povos indígenas, valorização da identidade e da cultura e, acima de tudo, tem promovido diálogos interculturais entre diferentes conhecimentos, saberes, valores e princípios cosmológicos dos povos originários do Brasil. Assim, mostra-se comprometida com a formação dos professores indígenas.⁵

1.2 Atos jurídico-administrativos do curso de Licenciatura Intercultural Indígena

Com relação aos documentos que embasam os atos jurídicos para o funcionamento do curso, destacamos: RESOLUÇÃO 024/2008-CONSUNI, de 10 de julho de 2008, relativa à criação e implantação dos cursos de Licenciatura Específicos para formação de Professores Indígenas do Programa de Educação Superior Indígena Intercultural — PROESI (Alterada pela RESOLUÇÃO 034/2013-CONSUNI-Ad Referendum; homologada, por sua vez, pela RESOLUÇÃO 034/2015-CONSUNI, de 24/04/2015); e a PORTARIA Nº 69/2016-GAB/CEE-MT, de 08/11/2016, publicada no D.O nº 26.897/2016, de 09/11/2016, em que se tem a Renovação de Reconhecimento do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena.

1.3 Fundamentação legal do Projeto Pedagógico de Curso

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena foi concebido com vistas a atender às exigências sociais das comunidades indígenas do estado de Mato Grosso, fundamentando-se na legislação que baseia o exercício profissional dos licenciados que habilita.

Nesse sentido, a organização da estrutura acadêmica do Curso foi construída em consonância ao que determina a legislação vigente proveniente do CNE/MEC em Leis, Decretos, Portarias, Resoluções e Diretrizes que a orientam, como:

A Constituição Federal Brasileira de 1988, que trouxe em seu bojo conquistas significativas no que concerne aos direitos indígenas, como o direito de organização, de manifestação linguística e cultural, de ser e de viver segundo o seu próprio projeto societário. O texto constitucional rompeu, portanto, com a política integracionista de homogeneização cultural e étnica e estabeleceu um novo paradigma, baseado na possibilidade de pluralismo: "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças, tradições [...]" (art. 231 da CF).

A Lei nº 9394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB), que reforçou a legislação educacional disposta na Constituição Federal, incentivando o desenvolvimento de uma educação intercultural, com a finalidade de proporcionar às sociedades e comunidades indígenas o seu reconhecimento perante as demais sociedades indígenas e não-indígenas (art. 78).

A Resolução 114/2015-CONSUNI, de 27-8/10/2015, cujo enfoque é a autorização de aumento de vagas (de 50 para 60) do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena ofertadas em 2016, seguindo-se “o Projeto Pedagógico do Curso conforme Resolução nº 024/2007-CONEPÉ e posteriores alterações:

Resolução nº 024/2013-Ad Referendum do CONEPÉ, homologada pela 044/2015-CONEPÉ”.

Resolução 023/2008-CONEPÉ, de 16/05/2008 por meio da qual se teve a “aprovação do projeto político-pedagógico do curso” (alterada pela Resolução nº 024/2013 - Ad Referendum do CONEPÉ de 11/10/2013 e homologada pela Resolução 044/2015-CONEPÉ, de 16-7/04/2015).

1.4 Fundamentação teórico-metodológica

⁵ Em <https://www.instagram.com/cirlin2019/> há fotos e vídeos do evento.



O Currículo do(s) Curso(s), entendido aqui como o projeto que preside as atividades educativas, explicita suas intenções e proporciona orientações para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem (SEDUC, 1995), expressa-se pelo conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que serão selecionados, organizados, debatidos e apreendidos pelos participantes dessa comunidade educativa especial (cursistas, docentes, assessores, coordenadores).

Por se tratar de uma construção social e culturalmente situada e por envolver sujeitos históricos com diferentes pedagogias e formas de organização, a práxis curricular deverá revelar o seu compromisso com esses sujeitos e com as suas histórias, sociedades e culturas (SMED, 1996). Portanto, os Cursos, como ademais todo o processo educacional escolar não é entendido como um espaço homogêneo de mera reprodução ou de plena liberdade e criação humana. Como parte de um processo aberto e flexível, traz em seu interior tensões e conflitos de ordem étnica, política, linguística, entre outras, que expressam a dinâmica da interculturalidade (Monte, 1996).

É necessário, pois, que sejam apontados os princípios que orientarão os seus conteúdos e mediarão o processo de construção coletiva dos cursos. Dentre eles destacamos:

1.4.1 Princípio que define os objetivos dos cursos

É o princípio curricular presente em todos os núcleos de estudos e nos componentes curriculares do(s) curso(s) que reafirma o seu principal objetivo, qual seja, formar profissionais indígenas. Para tanto, os conteúdos curriculares devem contemplar três dimensões complementares:

- a) A dimensão cultural - que considera a realidade específica (território, língua, valores e etnoconhecimentos) dos cursistas e de seu povo;
- b) A dimensão epistemológica - que trata do desenvolvimento do pensamento científico e se funda nos saberes das diferentes ciências que integram o currículo específico de cada curso (UFMT/IE, 1994);
- c) A dimensão pedagógica - que diz respeito à capacitação do profissional indígena para desenvolver as atividades inerentes à sua formação.

1.4.2 Princípios que definem a abordagem dos temas

- a) A diversidade, entendida aqui como o respeito para com os diferentes povos, línguas e culturas, mas também como a postura dialógica para com as diferentes formas de ver o mundo e de compreender as ações humanas, nas palavras de Rigoberta Menchú Tum, Prêmio Nobel da Paz:

Esta nova forma de relação deve sustentar-se no reconhecimento e respeito dos direitos de todos os povos; no reconhecimento da multiculturalidade mundial e nacional, de maneira que contribua para a construção de nações pluriétnicas, multiculturais e plurilíngues. Estas relações interculturais podem contribuir para a convivência pacífica entre os povos e culturas com igualdade e justiça, e como aporte para a paz, a cooperação e a solidariedade que devem reger as relações entre os Estados e os povos. Devem contribuir para criar as condições que propiciem a autoestima e autovalorização cultural dos povos indígenas e não- indígenas. Contribuir para que o otimismo e a esperança consigam se sobrepor à perda de valores, ao pessimismo, à desconfiança e à desesperança que predominam no mundo de hoje e que golpeiam com especial dureza aos povos do nosso continente" (Menchú Tum, 1997).

- b) A historicidade, entendida como a compreensão de que o processo de produção e circulação de conhecimentos se desenvolve em contextos históricos e culturais concretos, portanto, estão sujeitos a múltiplas determinações (UFMT/IE, 1993).
- c) A (re)construção e a transformação, tidas aqui como uma postura crítica frente aos



conhecimentos considerados "prontos e acabados" e como uma atitude de busca permanente de novos conhecimentos. Tal dinâmica supõe momentos desistematização das etapas já realizadas e o planejamento dos períodos sequenciais, tornando o currículo flexível, dinâmico e criativo.

1.4.3 Princípios que definem a metodologia

Esses princípios são entendidos aqui como a decisão metodológica de desenvolver o processo de formação com base nas experiências individuais e coletivas dos estudantes.

a) A leitura crítica da realidade, base de identificação do profissional indígena, da sua atividade e da sua prática política. É desse princípio que resulta a construção da identidade do Profissional indígena, sujeito que atuará com a sua comunidade e o seu povo na construção coletiva do seu projeto societário.

b) O tratamento integrado dos conteúdos, entendido como a formação de um aporte científico e metodológico que possibilite o trabalho globalizado e construa a polivalência, requisito fundamental no trato dos diferentes conteúdos (UFMT/IE, 1994).

c) O exercício investigatório, enquanto postura pedagógica e processo de construção coletiva e interdisciplinar de conhecimentos é aqui entendido como a forma privilegiada de reflexão sobre a prática docente. Nessa acepção, deixa de ser apenas um exercício acadêmico, mas se arraiga no cotidiano das escolas e das comunidades. Teoria e prática estarão integradas ao longo de todo o período de formação estimulando a construção interdisciplinar, reconhecendo a autonomia relativa das disciplinas e favorecendo o diálogo entre as diferentes ciências.

1.5 Objetivos

O(s) Curso(s) de Licenciatura Intercultural estrutura(m) seu objetivo geral com vistas a atender às demandas das comunidades indígenas no tocante à formação superior de seus/suas professores/as.

Os objetivos específicos do(s) Curso(s) expressam uma dinâmica de formação de qualidade crescente, ancorada na permanente relação teoria-prática, manifesta em três níveis de competências:

a) Compreensão do processo de educação escolar, dos seus limites e possibilidades, como uma nova prática social e cultural que se expressa em novas relações econômicas, políticas, administrativas, psicossociais, linguísticas e pedagógicas;

b) Domínio de conhecimentos autóctones e das ciências que integram o currículo do(s) Curso(s) de Licenciatura e de sua adequada utilização na realidade sociocultural específica em que atua como professor/a;

c) Capacidade de organização e dinamização do currículo escolar e de implementação de estratégias didático-pedagógicas consonantes com as demais práticas culturais utilizadas por uma sociedade ou por uma determinada comunidade.

Esses objetivos serão traduzidos no currículo do(s) Curso(s) como núcleos de estudos ou eixos temáticos e desenvolvidos nos componentes curriculares que os constituem. Tal prática fará com que o/a licenciando/a indígena articule a formação teórica de cada núcleo de estudo com outros conhecimentos, valores e habilidades disponíveis em sua realidade sociocultural.

1.5.1 Objetivo Geral

Formar e habilitar professores indígenas em Licenciatura Intercultural para o exercício da docência nos anos finais do Ensino Fundamental e em disciplinas específicas do Ensino Médio, conforme a área de terminalidade em que fizer opção: "Línguas, Artes e Literaturas" ou "Ciências Matemáticas e da Natureza" ou "Ciências Sociais", com vistas ao exercício integrado da docência, da gestão e da pesquisa assumida como princípio pedagógico.

1.5.2 Objetivos Específicos do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena



- Estimular e valorizar, por meio do processo escolar, procedimentos próprios de aprendizagem dos diversos grupos indígenas atendidos pela FAINDI (tradições, crenças, modo de ser e bem-viver conforme solicitações das comunidades);

- Garantir o disposto no Art. 3º da Resolução 01/2015 – CNE, a saber:

I. Fundamentar e subsidiar a construção de currículos, metodologias, processos de avaliação e de gestão de acordo com os interesses de escolarização dos diferentes povos e comunidades indígenas;

II. Desenvolver estratégias que visem à construção dos projetos políticos e pedagógicos das escolas indígenas com desenhos curriculares e percursos formativos diferenciados e que atendam às suas especificidades étnicas, culturais e linguísticas;

III. Fomentar pesquisas voltadas para as questões do cotidiano escolar, para os interesses e as necessidades culturais, sociais, étnicas, políticas, econômicas, ambientais e linguísticas dos povos indígenas e de suas comunidades, articuladamente aos projetos educativos dos povos indígenas;

IV. Promover a elaboração de materiais didáticos e pedagógicos bilíngues e monolíngues, conforme a situação sociolinguística e as especificidades das etapas e modalidades da Educação Escolar Indígena requeridas nas circunstâncias específicas de cada povo e comunidade indígena;

V. Promover a articulação entre os diferentes níveis, etapas, modalidades e formas da Educação Escolar Indígena, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa, de modo orgânico, em conformidade com os princípios da educação escolar específica, diferenciada, intercultural e bilíngue.

1.6 Perfil do egresso

A abordagem da profissionalidade docente, entendida como eixo de teorização privilegiado, abarca proposições no âmbito do conhecimento profissional, científico, técnico e pedagógico; identidade profissional; compromisso sociopolítico; postura ética; reconhecimento social etc. Define como campo de atuação prioritária as unidades escolares (locus do fazer profissional) e, como estratégias, o fazer coletivo e a prática interinstitucional (parcerias). Assim, a construção do conhecimento profissional passa a contemplar conteúdos teóricos/práticos; individuais/coletivos; acadêmicos/cotidianos; intra/interinstitucionais. Isto é, os profissionais da educação são idealizados em sua formação curricular, em sua ação profissional docente e em sua inserção político-social e sindical (IE/UFMT, 1994).

Nessa perspectiva, o professor idealizado deve apresentar o seguinte perfil tipológico: ser um profissional, competente, comprometido, com postura ética, com reconhecimento social e com engajamento político.

E as comunidades indígenas, como idealizam os seus professores? Como desejam que se “formem” esses novos agentes educativos?

Tal definição permeia a maioria dos debates no âmbito dos cursos de formação de nível médio e se incorpora no cotidiano das comunidades indígenas. Trata-se, porém, de uma temática recente que envolve atores em construção e respostas nem sempre consensuais.

Em um levantamento preliminar realizado a partir de textos e depoimentos de professores e lideranças indígenas de Mato Grosso, (Secchi, 1996) detectou-se cinco expectativas principais que expressam perfis tipológicos bastante definidos. Em todos os casos, a instituição escolar e o professor indígena fundem-se em um único e idealizado ente que pode ser considerado "bom" ou "adequado" quando: 1. "conhece e ensina as coisas do branco"; 2. "ajuda a gente se virar no mundo"; 3. "ajuda a nos defender dos invasores"; 4. "prepara para competir no estudo e no emprego"; 5. "ajudaa reconstruir a nossa história".

Como vemos, essas tipologias expressam diferentes perspectivas entre si e em relação ao que a sociedade não-indígena idealiza para seus professores. Entretanto, todas sugerem um movimento no sentido de apropriar-se de novos conhecimentos advindos do contato e aplicá- los,



ora individual, ora coletivamente, no seu meio social, econômico, político e cultural.

Portanto, o professor é um agente dinamizador de conhecimentos indispensáveis para a rearticulação da vida societária. Não é, pois, uma figura associada a interesses alienígenas, mas passa a identificar-se como um protagonista da construção e da reconstrução cultural da comunidade em que atua (Secchi, 1997).

De forma sintética, podemos dizer que o professor e a professora a serem formados nos cursos de licenciatura deverão desenvolver capacidades e competências para:

a) Elaborar projetos de pesquisa e levantamento de informações sistematizadas em sua área de formação específica;

b) Elaborar e utilizar materiais didáticos específicos para uso nas suas escolas;

c) Definir, organizar e implementar propostas curriculares adequadas aos níveis de ensino e aos interesses das suas comunidades (Grupionni, 1999).

Além disso, é importante destacar que o Art. 7º da Resolução CNE/CP 1/2015 de 8 de janeiro de 2015, em atenção aos perfis profissionais e políticos requeridos pelos povos indígenas, explicita que os cursos destinados à formação inicial e continuada de professores indígenas devem prepará-los para:

I. Atuação e participação em diferentes dimensões da vida de suas comunidades, de acordo com as especificidades de cada povo indígena;

II. Conhecimento e utilização da respectiva língua indígena nos processos de ensino e aprendizagem;

III. Realização de pesquisas com vistas à revitalização das práticas linguísticas e culturais de suas comunidades, de acordo com a situação sociolinguística e sociocultural de cada comunidade e povo indígena;

IV. Articulação da proposta pedagógica da escola indígena com a formação de professores indígenas, em relação à proposta política mais ampla de sua comunidade e de seu território;

V. Articulação das linguagens orais, escritas, midiáticas, artísticas e corporais das comunidades e povos indígenas no âmbito da escola indígena;

VI. Apreensão dos conteúdos das diferentes áreas do conhecimento escolarizado e sua utilização de modo interdisciplinar, transversal e contextualizado no que se refere à realidade sociocultural, econômica, política e ambiental das comunidades e povos indígenas;

VII. Construção de materiais didáticos e pedagógicos multilíngues, bilíngues e monolíngues, em diferentes formatos e modalidades;

VIII. Construção de metodologias de ensino e aprendizagem que sintetizem e potencializem pedagogias ligadas às especificidades de cada contexto escolar indígena;

IX. Compreensão das regulações e normas que informam e envolvem a política educacional dos respectivos sistemas de ensino e de suas instituições formadoras;

X. Compromisso com o desenvolvimento e a aprendizagem do estudante da escola indígena, promovendo e incentivando a qualidade sociocultural da Educação Escolar Indígena;

XI. Firme posicionamento crítico e reflexivo em relação à sua prática educativa, às problemáticas da realidade socioeducacional de suas comunidades e de outros grupos sociais em interação;

XII. Vivência de diferentes situações de ensino e aprendizagem a fim de avaliar as repercussões destas no cotidiano da escola e da comunidade indígena;

XIII. Adoção da pesquisa como base pedagógica essencial da construção do itinerário formativo, com vistas a uma melhor compreensão e avaliação do seu fazer educativo, do papel sociopolítico e cultural da escola, da realidade dos povos indígenas e do contexto sociopolítico e cultural da sociedade brasileira em geral; e

XIV. Identificação coletiva, permanente e autônoma de processos educacionais em diferentes instituições formadoras, inclusive daquelas pertencentes a cada povo e comunidade indígena.

1.7 Áreas de Atuação do Egresso



O curso de Licenciatura Intercultural Indígena possibilita ao licenciado e à licenciada estarem inseridos no mundo do trabalho de suas comunidades étnicas, seja junto às instituições públicas, privadas e de terceiro setor, atuando das seguintes formas:

- a) Docente nas escolas indígenas e não-indígenas que ofereçam os Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio (do sistema público e privado) em disciplinas específicas conforme a área de terminalidade em que fizer opção: “Línguas, Artes e Literaturas” ou “Ciências Matemáticas e da Natureza” ou “Ciências Sociais”, com vistas ao exercício integrado da docência, da gestão e da pesquisa assumida como princípio pedagógico;
- b) Setor público para elaborar, administrar e avaliar projetos e políticas culturais, educacionais e ambientais indígenas;
- c) Comunidades e instituições não governamentais indígenas e não indígenas para elaborar, administrar e avaliar projetos e políticas culturais, educacionais e ambientais indígena;
- d) Pesquisador, em instituições públicas e privadas, que envolve a problemática sobre cultura, ambiente, educação indígena e gestão territorial.

1.8 Habilidades e Competências

Para que o egresso da Licenciatura Intercultural Indígena tenha um bom desempenho em sua profissão, deverá ser capaz de:

- a) Dominar princípios gerais e fundamentos das Ciências da Natureza e Matemática, Ciências Humanas e Sociais, Linguagens e suas tecnologias de acordo com a sua escolha para o ciclo específico.
- b) Diagnosticar, formular e encaminhar soluções para problemas ambientais, sociais e de aprendizagem que venham a ser detectados na comunidade;
- c) Manter atualizada sua cultura científica geral e sua cultura técnica profissional específica;
- d) Reconhecer a importância de questões filosóficas que versam sobre a existência humana e enraizamento da antropologia no meio social, histórico e cultural;
- e) Desenvolver uma ética de atuação profissional e consequente responsabilidade social, compreendendo a ciência como conhecimento histórico, desenvolvido em diferentes contextos sócio-políticos, culturais e econômicos específicos, sendo capaz de compreendê-los como formas de conhecimento compatível com os saberes indígenas;
- f) Dominar conhecimentos de conteúdo pedagógico que os possibilitem compreender, analisar e gerenciar as relações dos processos de ensino, aprendizagem e avaliação na Educação Escolar Indígena;
- g) Mobilizar os seus conhecimentos de forma criativa, transformando-os em ação, gerando aprendizagens significativas, onde a identidade e os conhecimentos indígenas sejam valorizados.

2. METODOLOGIAS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

A metodologia e as políticas educacionais estão descritas mais detalhadamente nos itens destinados à explicitação da estrutura do curso neste projeto (3.). E, como já acontece desde a gênese da proposta de educação escolar indígena (intercultural/específica/diferenciada) em nível superior, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ganha corpo em todos os componentes tanto das etapas presenciais/tempo universidade quanto das etapas intermediárias/tempo aldeia. Há, pois, um processo de retroalimentação — ações de ensino demandam pesquisas; pesquisas geram novos conhecimentos que precisam ser socializados; a socialização de conhecimentos gera saberes (sistematizados em diferentes materialidades), que voltam ao chão da escola como forma de conhecimento a ser ensinado ou como necessidade de novas pesquisas para ampliação/aprofundamento da discussão. Sem contar que, graças à perspectiva intercultural, a discussão precisa considerar não apenas a existência de diferentes



concepções de mundo/cosmologias, mas também o fato de que é nessa diferença que se constroem as identidades.

2.1 Relação entre Ensino, Pesquisa e Extensão

Conforme a LDB 9.334/96, em seu capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I - Da Educação, Art. 207. “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Nos cursos da FAINDI, como é o caso do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, a indissociabilidade é pensada a partir do diálogo com os aspectos da etnopolítica da educação escolar indígena.

Nessa perspectiva, compreende-se que o ensino se articula com a pesquisa e a extensão, portanto, o ensino corresponde ao processo de aprendizagem que ocorre em diferentes espaços e em diferentes tempos—etapas presenciais/tempo universidade e intermediárias/tempo aldeia. Assim, as aulas ocorrem em diferentes lócus de aprendizagem, tais como, salas de aula, laboratórios, comunidade indígena. Ocorrem em articulação e em relação com a pesquisa, que objetiva fomentar investigações em/de temas relevantes à aprendizagem e ao ensino, além de acolher temas outros que compõem a sociopolítica dos povos indígenas.

A pesquisa dimensiona o ensino pela construção e vivência curricular, na organização de uma educação almejada, desejada e significativa aos povos indígenas. Essa educação apenas será concretizada com a construção de um currículo que tenha a intencionalidade e a concretude de se “contrapor às amarras da hegemonia do currículo etnocêntrico, ou seja, um currículo que possibilite a construção dos caminhos da diversidade epistêmica e da manutenção das alteridades dos povos indígenas” (PAULA, 2017, p. 429). Assim, o ensino, a pesquisa e a extensão se põem em movimento, pois, produzindo um ensino que tenha a pesquisa como elemento mobilizador de aprendizagens, faz com que haja uma interconectividade da ação pedagógica. Educadores necessitam da prática da pesquisa para realizar um ensino que seja eficaz, por outro lado, os estudantes também precisam dela para aprender eficazmente, e a “[...] comunidade também precisa da pesquisa para poder dispor de produtos do conhecimento; e a Universidade precisa da pesquisa para ser mediadora da educação (SEVERINO, p. 121, 2019).

Desta forma o ensino se alia e se alimenta da pesquisa significando a prática pedagógica. Ainda, sistematiza pesquisas mais específicas em trabalhos de conclusão de curso em constante diálogo com a produção de conhecimentos outros e da articulação curricular escolar.

Esses processos, como também já foram mencionados anteriormente, utilizam-se da extensão com a finalidade de se colocar em diálogo o ensino e a pesquisa, na configuração da indissociabilidade. Pela extensão, busca-se promover a integração do saber teórico com o saber da prática, e estes ocorrem por projetos e pela ação planejada do próprio curso a partir do levantamento de diagnósticos da educação escolar indígena nas comunidades indígenas e das proposições do curso advindas de observações e pesquisas necessárias à formação discente. De outra forma pode se dizer que o tripé e em especial a extensão, é o *locus* da preparação para a vida profissional, além de contribuir para outras vivências e fortalecimento do engajamento no espaço da etnopolítica. Severino (2017, p.25) enfatiza que: “A extensão se torna exigência intrínseca do ensino superior em decorrência dos compromissos do conhecimento e da educação com a sociedade [...], ou seja, pela extensão é possível a construção de uma consciência social, na direção dos direitos humanos, educação, saúde, território, além de ser espaço de articulação da interculturalidade crítica. No Curso de Licenciatura Intercultural, esta realização/vivência se dá de forma especial, nas etapas intermediárias.

Essas conexões objetivam fortalecer a formação de professores e professoras indígenas de forma ampliada, contextualizada, intercultural e decolonial. Uma formação específica que responda aos desejos, aos objetivos e às lutas dos povos originários.



2.2 Integração com a Pós-graduação

De maneira mais específica, os cursos da FAINDI estão integrados ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu “em Ensino em Contexto Indígena Intercultural” (Mestrado Profissional) em suas duas linhas de pesquisa “Ensino, Docência e Interculturalidade” e “Ensino e Linguagens em Contexto Intercultural”.

Além disso, devido à participação de membros do corpo docente em outros programas de pós-graduação, são possibilidades de integração: Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação (PPGEdu/UNEMAT/CÁCERES); Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECM/UNEMAT/BARRA DO BUGRES); Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Linguística (PPGL/UNEMAT/CÁCERES); Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Estudos Literários (PPGEL/UNEMAT/TANGARÁ DA SERRA); Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia (PPGEO/UNEMAT/CÁCERES) e Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Ambientais (PPGCA/UNEMAT/CÁCERES).

2.3 Mobilidade Estudantil e Internacionalização

A Mobilidade Acadêmica é o processo que possibilita ao aluno de graduação estudar em outra instituição, brasileira ou estrangeira, e, após a conclusão dos créditos e/ou pesquisa, receber um comprovante de estudos da instituição de origem e ter a experiência registrada no seu histórico escolar. Este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) destina 12 créditos (180 horas), para livre escolha pelo acadêmico/a, isto é, o acadêmico/a tem a possibilidade de realização em mobilidade intercursos, intercâmp, nacional e internacional. O objetivo da mobilidade acadêmica é a formação dinâmica do acadêmico, permitindo um currículo flexibilizado para atender demandas do seu contexto local e regional vivenciado, a atualização e, ao mesmo tempo, seu interesse pessoal e pré-disposição por temas e competências, para além daquelas estabelecidas no currículo.

As experiências de internacionalização do currículo são meio de mobilidade acadêmica e neste PPC são propostas mediante os conceitos de “internacionalização em casa” e “internacionalização fora de casa”. Assim o Curso, com base neste PPC, propiciará ao estudante o contato com ensino e pesquisa realizados ou ofertados por docentes e pesquisadores estrangeiros, seja por meio de professores ou pesquisadores visitantes, ou pela participação por meio de tecnologias remotas. A internacionalização é o modo como o Curso oferta a todos os estudantes a oportunidade de dialogar com outros sujeitos de reconhecida carreira profissional em seus países estrangeiros, permitindo o aprimoramento do graduando tendo como base também a experiência do outro.

A internacionalização do currículo é prevista neste PPC a partir de três formatos que, não exaustivos, podem ser desenvolvidos de modo separado, em conjunto ou complementados por novas possibilidades abertas pelo contexto institucional ou externo à Universidade. O primeiro formato é a realização de ações e momentos dentro do próprio Curso, destinados aos seus estudantes e abertos ou não a estudantes de outros cursos. O segundo é composto por ações e momentos desenvolvidos pela Universidade e disponíveis a todos os estudantes, dependendo o acesso pelo número de vagas disponíveis em cada experiência.

Nesses casos trata-se, prioritariamente, do desenvolvimento do conceito de “internacionalização em casa”, onde o estudante tem a oportunidade de experiências sem ter que se distanciar da sua rotina acadêmica e do seu campus ou núcleo de ensino. O terceiro formato depende das oportunidades geradas por outros atores externos à Universidade, como fundações, instituições de ensino e outros órgãos como os de financiamento ou de desenvolvimento de ações no âmbito internacional, momento no qual será necessário o reconhecimento das atividades por parte do Curso por ser tratar das experiências de internacionalização “fora de casa”. Toda experiência de internacionalização do currículo reconhecida pelo Curso será registrada no histórico escolar do aluno, lhe propiciando a legitimidade da formação desenvolvida.



No contexto de globalização torna-se necessário o desenvolvimento de competências internacionais, tanto pessoais como da área do conhecimento e profissional, para o enfrentamento dos desafios que, mesmo quando locais, estão relacionados com mudanças maiores como a tecnologia, a inserção econômica e a produção de conhecimentos. Uma vez contemplada a internacionalização do currículo em ações e momentos a serem desenvolvidos também dentro do próprio Curso, se promove a garantia de oportunidades a todos os estudantes para ingressar em espaços de formação, aperfeiçoamento e capacitações diversas, que aprofundem e incorporem os saberes, a partir de uma perspectiva comparada tanto no campo da formação geral (como pessoa e cidadão), como também no campo disciplinar e profissional.

2.4 Tecnologias digitais de informação e comunicação no processo de ensino-aprendizagem

As transformações das práticas de linguagem contemporâneas, em maior ou menor grau, também chegaram às aldeias, propiciadas pelo desenvolvimento das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). Tais transformações exigem que o PPC de Licenciatura Intercultural Indígena contemple as novas práticas de linguagem a fim de atender às muitas demandas sociais que convergem para o uso dessas tecnologias de forma ética e qualificada no interior dos componentes curriculares da Etapa Presencial e nas atividades desenvolvidas durante a Etapa Intermediária. Além disso, os componentes “Informática I” oferecerão possibilidades de reflexão sobre recursos didáticos mediados pelas TDICs e que poderão ser utilizadas no processo de ensino-aprendizagem (acessibilidade / informatividade, interatividade, recursividade multissemiótica e novas práticas de letramentos).

2.5 Trabalho de Conclusão de Curso

Trata-se de atividade de iniciação científica como requisito parcial da formação docente que visa investigar temas de interesse do acadêmico e/ou da comunidade utilizando-se instrumentalização metodológica para aprofundamento do tema. O TCC será regido por normativa elaborada especificamente para as Licenciaturas Intercultural Indígena.

2.6 Educação Inclusiva

A educação inclusiva é objetivo do presente PPC tanto no que se refere à inclusão de estudantes no Curso de Graduação, quanto na formação e preparo destes para, como profissionais, atuarem na realidade social sendo agentes da inclusão a partir de práticas e políticas educacionais. Dentro do Curso a educação inclusiva é o princípio que fundamenta a prática docente no acolhimento de estudantes com deficiência. Mas é também um princípio para que a diferença ganhe espaço e seja positivamente trabalhada considerando que os estudantes aprendem cada um do seu modo, com destaque aos fatores biopsicossociais. Assim, as metodologias de ensino no Curso, suas práticas e seus espaços para a formação dos estudantes priorizam a inclusão de modo amplo, reconhecendo que as diferenças devem ser valorizadas como instrumentos de potencialidades para uma formação que revele as características próprias e suas potencialidades em cada futuro profissional e cidadão.

O conceito e as práticas de educação inclusiva que orientam o presente PPC resultam dos avanços do tema no contexto nacional e internacional, com o qual a educação superior deve manter-se atualizada e em diálogo. Assim, e em cumprimento da legislação, o currículo deste PPC traz a oferta da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) bem como tem a educação inclusiva como tema transversal tanto nos conteúdos disciplinares quanto nas competências visadas pela formação dos estudantes. No desenvolvimento da atividade docente de ensino na Universidade do Estado de Mato Grosso é garantido o auxílio do intérprete de Libras quando estão presentes estudantes surdos. Os espaços para as aulas e as práticas têm acessibilidade a estudantes cadeirantes e com mobilidade reduzida. A escolha dos materiais didáticos prioriza o baixo custo, o amplo acesso e a maior percepção visual. Deste modo a educação inclusiva está presente no



processo de ensino universitário, de modo que os estudantes internalizam suas concepções e possam desenvolvê-las quando atuarem na sociedade como profissionais formados e como cidadãos.

2.7 Das Ações de Extensão

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História, cumpre o estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais. Considerando a necessidade de promover e creditar as práticas de Extensão universitária e garantir as relações multi, inter e ou transdisciplinares e interprofissionais da Universidade e da sociedade, esse PPC se fundamenta no princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, previsto no art. 207 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; na concepção de currículo estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.364/96); na Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação 2014/2024 (Lei nº 13.005/2014); na Resolução nº 07 de 2018 do Conselho Nacional de Educação e na Política de Extensão e Cultura da UNEMAT de modo a reconhecer e validar as ações de Extensão institucionalizadas como integrantes da grade curricular do Curso de Licenciatura em História.

A Creditação de Extensão é definida como o registro de atividades de Extensão no Histórico Escolar, nas diversas modalidades extensionistas, com escopo na formação dos alunos. Para fim de registro considera-se a Atividade Curricular de Extensão – ACE - a ação extensionista institucionalizada na Pró-reitoria de Extensão e Cultura da UNEMAT, nas modalidades de projeto, curso e evento, coordenado por docente ou técnico efetivo com nível superior. As ACE's fazem parte da matriz curricular deste PPC e compõe, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular. Este curso de Licenciatura em História garante ao discente a participação em quaisquer atividades de Extensão, respeitados os eventuais pré-requisitos especificados nas normas pertinentes.

O discente deve atuar integrando a equipe no desenvolvimento das atividades curriculares de extensão (ACE's), nas seguintes modalidades:

- I. Em projetos de Extensão, como bolsista ou não, nas atividades vinculadas;
- II. Em cursos, na organização e/ou como ministrantes;
- III. Em eventos, na organização e/ou na realização.

As ACE's serão registradas no histórico escolar dos discentes como forma de seu reconhecimento formativo, e deve conter título, nome do coordenador, IES de vinculação, período de realização e a respectiva carga horária.

2.8 Avaliação

A avaliação da Faculdade Indígena Intercultural e dos seus respectivos Projetos e Cursos é vista como uma ação fundamental da atual política de educação escolar indígena.

Trata-se da oportunidade de tomar decisões sobre os encaminhamentos dos trabalhos, tendo em vista a construção do projeto político e pedagógico de cada comunidade indígena.

No que diz respeito aos Cursos, tal estratégia não é diferente. A avaliação permanente e continuada é condição fundamental para a tomada de decisões ao longo do processo de desenvolvimento curricular e constitui-se parte integrante dessa atividade.

A avaliação não deverá ser entendida como um objeto de tensões e de inseguranças, mas como um processo contínuo, em que todos envolvidos, em todas as atividades, são avaliados (não apenas os cursistas e o resultado de seus trabalhos, mas também os docentes dos cursos, as etapas dos cursos, o projeto de formação etc.). A avaliação constitui-se na oportunidade de observar e avaliar os avanços e as limitações no decorrer do curso, possibilitando, assim, definir as ações mais adequadas para alcançar os objetivos propostos. Para tanto, o processo de avaliação deve estender-se a três níveis de ação:



2.8.1 Avaliação dos cursos no âmbito da faculdade

Essa avaliação deverá ser assumida pelas instituições proponentes e executoras dos cursos, por meio de suas respectivas coordenações e assessorias e por representação externa à faculdade. Deverá levar em conta, por um lado, a contribuição dos Cursos na consecução dos objetivos da faculdade e, por outro, os avanços obtidos na construção da "escola indígena", entendida aqui como o projeto de educação escolar do interesse de cada comunidade específica.

Concretamente, a avaliação deverá expressar o grau de realização da política de formação, manifesta em indicadores tais como: democratização de acesso e percurso dos alunos indígenas em escolas específicas e diferenciadas; participação e envolvimento das comunidades no processo escolar; consolidação das parcerias entre o poder público e as organizações indígenas e não-governamentais, dentre outros.

2.8.2 Avaliação dos cursos no âmbito da escola

Tem por finalidade avaliar o impacto dos cursos de Formação no cotidiano das comunidades indígenas. Será desenvolvido especialmente ao longo dos períodos de atividade docente do cursista, que se estendem entre uma etapa intensiva de formação e outra.

A estreita vinculação entre os cursos de Formação e as comunidades indígenas sugere a necessidade de que as universidades e demais instituições participantes da faculdade implementem projetos específicos de pesquisas e assessoramentos nas aldeias.

2.8.3 Avaliação dos cursistas no âmbito do curso

A avaliação neste âmbito tem sentido de investigação e dinamização do processo de construção do conhecimento. Consiste na reflexão permanente dos professores e cursistas sobre a sua ação docente individual e coletiva, visando criar no curso uma dinâmica de formação de qualidade crescente. Tal dinâmica funda-se na indissociável relação teoria/prática manifesta em três perspectivas de avaliação:

- Do processo de discussão acerca das possibilidades e limites da educação escolar indígena no contexto histórico, político, econômico e cultural atual;
- Do processo de aprofundamento acerca de conhecimentos teóricos e metodológicos inerentes aos cursos e do nível para o qual a sua formação se dirige;
- Da capacidade de organizar o seu trabalho docente e de dinamizar o currículo da escola indígena em geral e nas séries de sua atuação específica em particular (UFMT/IE, 1994).

Portanto, longe de se tratar de rotineiros momentos de aferição do aprendizado por meio de provas e exames, a avaliação assume as características de um processo global e dialógico em que todos os envolvidos (docentes, cursistas, alunos, conselhos, assessores, coordenadores) constituem uma comunidade educativa que exercita a crítica e a autocrítica e busca avaliar a totalidade do processo em andamento (EBI- Equador, 1996). Essa atitude deverá perpassar todas as fases de desenvolvimento dos Cursos.

Os resultados dos três níveis de avaliação (da faculdade, dos cursos e dos cursistas) serão expressos por indicadores qualitativos e possibilitará uma avaliação diagnóstica, processual e final de cada um.

É importante destacar que o processo de avaliação deverá ser realizado tanto pelos segmentos envolvidos diretamente com os cursos (universidades, poder público, equipe coordenadora, docentes, cursistas etc.), quanto por avaliadores externos. Por se tratar de uma iniciativa original, de grande envergadura e que, de certa forma, balizou novas ações similares no Brasil e na América Latina, o acompanhamento de avaliadores externos continua sendo fundamental e imprescindível, mesmo depois de vinte anos desde o início da primeira turma.

Portanto, nas principais etapas de execução dos Cursos, (fase inicial, meio termo e conclusão) a faculdade contará com a presença e participação de avaliadores externos destacados entre especialistas das áreas que compõem os cursos da faculdade.



3. ESTRUTURA CURRICULAR

3.1 Configuração do(s) curso(s)

Antes de ser apresentada a estrutura curricular, é necessário destacar que os cursos da Faculdade Indígena Intercultural deverão expressar esse perfil e garantir uma práxis fundada nos seguintes pressupostos:

3.1.1 Afirmação da identidade étnica e da valorização dos costumes, língua, tradições de cada povo;

3.1.2 Articulação entre conhecimentos e conteúdos culturais autóctones no cotidiano das aldeias, entendidas como laboratórios vivenciais entre cursistas, alunose comunidades indígenas;

3.1.3 Busca de respostas para os problemas e expectativas das comunidades;

3.1.4 Compreensão do processo histórico desenvolvido pelas comunidades indígenas entre si e com a sociedade envolvente, bem como, do processo de incorporação da instituição escolar no cotidiano indígena;

3.1.5 Estudo e utilização das línguas indígenas no trabalho docente nas escolas das aldeias;

3.1.6 Debate acerca dos projetos de vida e de futuro de cada povo.

Do ponto de vista organizacional os cursos terão a seguinte configuração:

- São concebidos como mais uma etapa da política de educação escolar indígena intercultural que se desenvolve em Mato Grosso e serão implementados com a participação das Universidades Públicas, do Poder Público Estadual e Federal, de organizações não governamentais e de representantes indígenas;

- Visam à formação em Nível Superior - Licenciatura

- Os cursos de graduação oferecerão vagas a indígenas que, por ocasião do processo de seleção, tiverem concluído o Ensino Médio;

- Os cursos obedecerão a um regime especial e serão desenvolvidos de forma a propiciar a formação em serviço;

- As etapas de estudos presenciais serão ministradas prioritariamente de acordo com a localidade de cada turma.

3.2 A Estruturação do(s) Curso(s)

O Curso obedecerá a um regime seriado especial (formação em serviço) e será desenvolvidos em duas etapas uma de Formação Geral, com duração de 3 (três) anos (seis semestres letivos) e uma de Formação Específica, com duração de 2 (dois) anos (quatro semestres letivos).

A etapa de Formação Geral compõe-se de dois núcleos curriculares que se articulam de forma a oportunizar aos cursistas a compreensão dos elementos construtivos da educação escolar indígena e os conhecimentos necessários para a prática docente nas diversas áreas do ensino fundamental. O primeiro terá como objeto a reflexão acerca dos processos pedagógicos que compõem a práxis escolar e os projetos societários que a orienta. O segundo enfocará o tratamento dos conteúdos das diversas áreas do conhecimento que integram o currículo escolar do ensino fundamental. Nessa etapa, portanto, serão trabalhados os conceitos e conteúdos necessários para a formação desse novo agente de produção e reprodução cultural denominado professor indígena.

A etapa de Formação Específica será desenvolvida nos dois últimos anos do curso e terá como enfoque o aprofundamento nos conhecimentos necessários para a prática docente em disciplinas específicas do ensino médio, além do desenvolvimento de uma pesquisa na área da licenciatura em que fizer opção. Para tanto, os cursistas farão a opção por uma das três terminalidades — Licenciatura em Ciências Matemáticas e da Natureza; ou Licenciatura em



Ciências Sociais ou Licenciatura em Línguas, Artes e Literaturas, e nela estudarão os conteúdos específicos e desenvolverão uma pesquisa que será apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso.

Além disso, o(s) curso(s) de Licenciatura Intercultural Indígena seguirá(ão) um regime seriado especial (formação em serviço) e será(ão) desenvolvidos(s) em duas etapas: A primeira, de caráter presencial e trabalho intensivo, ocorrerá semestralmente, coincidindo com o período de férias e recessos escolar dos cursistas. A segunda, de atividades cooperadas, nos períodos intermediários entre uma etapa intensiva e outra, possibilitando aos cursistas conciliar suas atividades docentes nas escolas com as atividades do curso de formação (preparo de seminários, leituras, pesquisas solicitadas etc.).

Desse modo, a práxis docente e o processo de formação ocorrerão simultaneamente, num contínuo exercício de comunicação dialógica.

Nesse sentido, a Etapa de Estudos Cooperados (Etapa Intermediária) terá duas finalidades e características:

1. Levar os conhecimentos adquiridos na academia para ressignificá-los no contexto da educação escolar indígena na e da aldeia;
2. Buscar elementos da escola indígena para subsidiar a definição do conjunto de componentes curriculares que comporão a Etapa Intensiva (Etapa Presencial) subsequente, caracterizando-se como elo entre Escola Indígena e Universidade;
3. Propiciar aos acadêmicos a troca de experiências, a interação entre diferentes etnias e o diálogo com a comunidade local, anciões, lideranças indígenas e professores das escolas indígenas, *in loco*.

Os cursos terão uma carga horária total de 3.360h horas, assim distribuídas:

- a) Estudos Presenciais (8 etapas intensivas);
- b) Estudos cooperados de ensino e pesquisa (6 etapas intermediárias);
- c) Estágios Supervisionados: 420 horas;
- d) E de acordo com as legislação, a Creditação de Extensão.

Uma vez concluídos, os Cursos conferirão ao/à cursista o título de Licenciado/a numa das três áreas de terminalidade, a saber:

- a) Licenciatura Plena em Ciências Matemáticas e da Natureza; ou
- b) Licenciatura Plena em Ciências Sociais; ou
- c) Licenciatura Plena em Línguas, Artes e Literaturas.

Os cursos oferecerão vagas a professores/as indígenas do Estado de Mato Grosso que, por ocasião do processo de seleção, tiverem concluído o Ensino Médio. É importante destacar que, nas sociedades indígenas, ser professor/a não é exclusividade de quem está em sala de aula ou que esteja em pleno exercício da função em uma unidade escolar indígena. Ser professor/a é uma designação referendada pela comunidade. Assim, além de quem esteja efetivamente em sala de aula, a comunidade reconhece pessoas que podem assumir a sala de aula em caso de necessidade de auxiliar ou substituir o/a titular da sala. Há, pois, professores/as suplentes, para substituírem os/as professores/as — lideranças em suas aldeias — quando se faz necessário.

Os cursos obedecerão a um regime seriado especial e serão desenvolvidos de forma intensiva e presencial nos períodos de férias e recessos escolares, e com atividades cooperadas entre docentes e cursistas nos períodos em que estes estiverem ministrando aulas nas escolas indígenas.

Como esta é uma atualização do Projeto original, apresentamos no item “Equivalência” a forma como a estruturação é proposta e, em seguida, a forma como foi de fato executada.

3.3 Formação teórica articulada com a prática

I – Aula teórica (código T):

Os créditos teóricos serão realizados presencialmente, contemplando a leitura ediscussão de referências das áreas de formação geral e específica (de acordo com as áreas de terminalidade), bem como a discussão de possíveis resultados e dados conseguidos em



atividades práticas, principalmente as realizadas na Etapa Intermediária / Tempo Aldeia;

II – Aula de campo, laboratório e/ou prática como componente curricular (códigoP):

Os créditos práticos dessa matriz curricular serão realizados das seguintes formas:

- 28 créditos (420 horas) em componentes que contemplem a prática como componente curricular, obedecendo às resoluções vigentes;
- De acordo com as especificidades dos componentes de estágio, TCC I, II, III e IV;
- Para elaboração de material didático; para a prática da (re)textualização e análise linguística; para a prática de entrevistas e/ou coleta de narrativas em diferentes comunidades indígenas (sejam de falantes de português, sejam de falantes de línguas indígenas);
- Para as aulas de laboratório;
- Para as aulas de visita a campo.

3.4 Núcleos de formação

Devido à especificidade do curso, garantida pela Resolução 01/2015 CNE, os componentes relativos ao Núcleo de estudos de formação geral e humanística, o **Núcleo de estudos de formação específica**, assim como o **Núcleo de estudos complementares/integradores** estarão englobados na Etapa de Formação Geral (com duração de três anos, ou seja, seis semestres letivos) e na Formação Específica (com duração de dois anos, isto é, quatro semestres letivos), período em que os/as acadêmicos/as fazem as escolhas para as áreas de terminalidade.

De modo esquemático, apresentamos tal distribuição a partir da execução do currículo flexível aprovado para funcionamento a partir da turma 2016/2 (apresentaremos no item “Equivalência” esses dois momentos: como aparece na proposta [Como era] e os componentes efetivamente ministrados à turma [Como está]):

UC 1 – ETAPA DE FORMAÇÃO GERAL BASE COMUM ÀS TRÊS ÁREAS

Componentes curriculares	H	Créditos/Etapas		Créditos		Pré- Requisito
		Presencial	Intermediária	T	P	
Língua Portuguesa I: Políticas Linguísticas	0	4	-			NÃO HÁ
Leitura e Produção de Texto I	0	4	-			NÃO HÁ
Leitura e Produção de Texto II	0	4	-			NÃO HÁ
Metodologia da Pesquisa	0	4	-			NÃO HÁ
Vivências e Concepções no Uso do Meio Ambiente	0	4	-			NÃO HÁ
Meio ambiente, Sociedade e Desenvolvimento	0	4	-			NÃO HÁ
Educação e Ambiente	0	4	-			NÃO HÁ
Educação e Saúde	0	4	-			NÃO HÁ
Legislação Educacional e Gestão Escolar Intercultural	0	4	-			NÃO HÁ
Didática Intercultural I	0	4	-			NÃO HÁ
Fundamentos da Educação Escolar Indígena I	0	4	-			NÃO HÁ
Etnociência e Práticas Pedagógicas	0	4	-			NÃO HÁ
Etnomatemática e Práticas Pedagógicas I	0	4	-			NÃO HÁ



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
REITORIA



Literatura	0	4	-			NÃO HÁ
História e Temporalidade	0	4	-			NÃO HÁ
Educação Física	0	4	-			NÃO HÁ
Informática I	0	4	-			NÃO HÁ
LIBRAS	0	4	-			NÃO HÁ
Estudos Coor. Ens. e Pes. I	0	-	8			NÃO HÁ
Estudos Coor. Ens. e Pes. II	0	-	8			NÃO HÁ
Estudos Coor. Ens. e Pes. III	0	-	8			NÃO HÁ
Estudos Coor. Ens. e Pes. IV	0	-	8			NÃO HÁ
Estágio Supervisionado I	0	-	4			NÃO HÁ
Estágio Supervisionado II	0	-	4			NÃO HÁ
Estágio Supervisionado III	0	-	4			NÃO HÁ
Estágio Supervisionado IV	0	-	4			NÃO HÁ
Total Geral = 120 ou 1.800 h	-	72	48	-	-	-

UC 2 (A) – ETAPA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA
ÁREA DE CIÊNCIAS MATEMÁTICA E DA NATUREZA (CMN)

Componentes Curriculares	H	Créditos/Etapas		Créditos		Pré- Requisito
		Presencial	Intermediária	T	P	
Etnobiologia e as Práticas Culturais Indígenas	0	4	-			NÃO HÁ
Etnomatemática e Ensino	0	4	-			NÃO HÁ
Etnociências e Ensino	0	4	-			NÃO HÁ
Modelagem Matemática	0	4	-			NÃO HÁ
Práticas Científicas para o Ensino de Etnociências no Ensino Médio	0	4	-			NÃO HÁ
Práticas de Ciências no Ensino Fundamental	0	4	-			NÃO HÁ
Matemática I	0	4	-			NÃO HÁ
Química	0	4	-			NÃO HÁ
Física	0	4	-			NÃO HÁ
Biologia I	0	4	-			NÃO HÁ
Biologia II	0	4	-			NÃO HÁ
Matemática Financeira	0	4	-			NÃO HÁ
Matemática II	0	4	-			NÃO HÁ
Segurança Alimentar	0	4	-			NÃO HÁ
TCC I - Projeto	Carga horária (60h cada) já contabilizada nas horas de Estudos Cooperados de Ensino e Pesquisa.					
TCC II - Pesquisa						
Estudos Cooperados V	0	-	8			NÃO HÁ
Estudos Cooperados VI	0	-	8			NÃO HÁ
Estágio Supervisionado V	0	-	4			NÃO HÁ
Estágio Supervisionado VI	0	-	4			NÃO HÁ
Estágio Supervisionado VII	0	-	4			NÃO HÁ
Total = 84 ou 1.260 h		56	28	-	-	-



TOTAL GERAL
ÁREA DE CIÊNCIAS MATEMÁTICA E DA NATUREZA (CMN)

Componentes curriculares	Créditos	Horas
Etapa de Formação Geral	120	1.800 h
Etapa de Formação Específica	84	1.260 h
Creditação de Extensão	10%	300h
Total Geral	228	3.360h

UC 2 (B) – ETAPA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA
ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (CS)

Componentes Curriculares	H	Créditos/Etapas		Créditos		Pré- Requisito
		Presencial	Intermediária	T	P	
História,	0	4	-			NÃO HÁ
História	0	4	-			NÃO HÁ
História Indígena e Afrobrasileira	0	4	-			NÃO HÁ
História	0	4	-			NÃO HÁ
Metodologia de Ensino de História e Etnoconhecimentos	0	4	-			NÃO HÁ
Metodologia	0	4	-			NÃO HÁ
Geografia: Produção de Saberes	0	4	-			NÃO HÁ
Geografia: Espaço Geográfico e a Transformação da Paisagem	0	4	-			NÃO HÁ
Geografia do Brasil	0	4	-			NÃO HÁ
Mato Grosso: Aspectos Históricos e Geográficos	0	4	-			NÃO HÁ
Filosofia da Educação Intercultural e Etnoconhecimento	0	4	-			NÃO HÁ
Antropologia	0	4	-			NÃO HÁ
Sociologia	0	4	-			NÃO HÁ
Nutrição e Segurança Alimentar	0	4	-			NÃO HÁ
TCC I - Projeto	Carga horária (60h cada) já contabilizada nas disciplinas de Estudos Cooperados de Ensino e Pesquisa.					
TCC II – Pesquisa						
Estudos Cooperados V	0	-	8			NÃO HÁ
Estudos Cooperados VI	0	-	8			NÃO HÁ
Estágio Supervisionado V	0	-	4			NÃO HÁ
Estágio Supervisionado VI	0	-	4			NÃO HÁ
Estágio Supervisionado VII	0	-	4			NÃO HÁ
Total = 84 ou 1.260 h	-	56	28	-	-	-

TOTAL GERAL
ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (CS)

Componentes curriculares	Créditos	Horas
Etapa de Formação Geral	120	1.800 h
Etapa de Formação Específica	84	1.260 h
Creditação de Extensão	10%	300h
Total Geral	228	3.360h



UC 2 (C) – ETAPA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA
ÁREA DE LÍNGUAS, ARTES E LITERATURAS (LAL)

Componentes Curriculares	H	Créditos/Etapas		Créditos		Pré-Requisito
		Presencial	Intermediária	T	P	
Artes e Educação Intercultural	0	4	-			NÃO HÁ
Produção de Textos III	0	4	-			NÃO HÁ
Introdução aos Estudos da Linguagem	0	4	-			NÃO HÁ
Linguagens e Letramentos	0	4	-			NÃO HÁ
Leitura: Teoria e Prática	0	4	-			NÃO HÁ
Escrita: teoria e prática	0	4	-			NÃO HÁ
Gramática, Texto e Ensino	0	4	-			NÃO HÁ
Fonética e Fonologia	0	4	-			NÃO HÁ
Morfossintaxe I	0	4	-			NÃO HÁ
Línguas Indígenas	0	4	-			NÃO HÁ
Literatura Indígena	0	4	-			NÃO HÁ
Teoria Literária I	0	4	-			NÃO HÁ
Morfossintaxe II	0	4	-			NÃO HÁ
Nutrição e Segurança Alimentar	0	4	-			NÃO HÁ
TCC I - Projeto	Carga horária (60h cada) já contabilizada nas disciplinas de Estudos Cooperados de Ensino e Pesquisa.					
TCC II - Pesquisa						
Estudos Cooperados V	0	-	8			NÃO HÁ
Estudos Cooperados VI	0	-	8			NÃO HÁ
Estágio Supervisionado V	0	-	4			NÃO HÁ
Estágio Supervisionado VI	0	-	4			NÃO HÁ
Estágio Supervisionado VII	0	-	4			NÃO HÁ
Total = 84 ou 1.260 h		56	28	-	-	-

TOTAL GERAL
ÁREA DE LÍNGUAS, ARTES E LITERATURAS (LAL)

Componentes curriculares	Créditos	Horas
Etapa de Formação Geral	120	1.800 h
Etapa de Formação Específica	84	1.260 h
Creditação de Extensão	10%	300h
Total Geral	228	3.360h

Ementário de Ciências Sociais

Como a proposta curricular é aberta, não há necessidade de relação de equivalência, mas sim de explicitar a distribuição dos componentes conforme forem sendo oferecidos e o ementário geral.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
REITORIA



Semestre	Temáticas	Ementas
1º	Gênese	A origem do homem, a formação e desenvolvimento sociocultural dos primeiros grupos humanos sob a perspectiva das diferentes culturas; a história das civilizações (as sociedades pré-colombianas); o surgimento da narrativa histórica no mundo ocidental e a evolução conceitual de ciência histórica; os agentes formadores das características físicas da terra (tempo geológico, classificação e divisão da terra); noções relativas ao espaço cósmico; ciência, mito e concepções cosmológicas.
2º	Tempo	As diferentes noções de tempo nas sociedades; história e desenvolvimento do pensamento científico das diferentes correntes produtoras de conhecimento ao longo dos séculos; os sentidos de tempo que presidem as teorias da história; os mais recentes campos de investigação da história, seus objetos e modelos; a importância do documento e da oralidade para o trabalho da reconstituição do passado (historiografia).
3º	Espaço	A diversidade étnica e cultural na produção social do espaço; ação do homem na construção e definição dos espaços; espaço, territorialidade e nação; as diferenças climáticas como conjunto de interações entre atmosfera e superfície terrestre; as formas de relevo a partir da relação entre processo, estrutura e forma como elementos fundamentais do sistema geomorfológico; a produção do espaço urbano e rural.
4º	Sociedade	A heterogeneidade das formas de existência sociocultural; classe e estratificação social; relações capitalistas e não capitalistas de produção; a divisão teórica e social do trabalho, modos de produção e formações econômico-sociais; análise espacial, geopolítica, econômica e demográfica; distribuição da população mundial e seus contrastes (crescimento populacional). A cultura material nas diferentes sociedades; as diferentes formas da utilização e concepção de trabalho pelas sociedades; as formas de poder e representação social; análise quantitativa e qualitativa da população e sua influência na organização do espaço; relação sociedade/natureza; compreensão das relações no espaço doméstico.
5º	Território	A constituição das sociedades e suas formas de expansão; do processo de conquista e ocupação das terras ameríndias; os movimentos de colonização e descolonização; inserção de Mato Grosso no processo de formação do estado brasileiro (correntes migratórias, projetos e programas); compreensão das regiões brasileiras (divisões, relações e processos de ocupação); Centro-Oeste (aspectos de mineralogia, flora, fauna, hídrico, econômico, social, cultural e populacional); medidas da superfície terrestre (cartografia); terras indígenas em Mato Grosso. Caracterização e análise das formas e dos processos fluviais (bacias hidrográficas, formações lacustres, oceanos e mares); conhecimentos teóricos e metodológicos para a apreensão do sistema geomorfológico enquanto resultado da atuação de processos hídricos; análise dos problemas ambientais (poluição e exploração dos recursos minerais e vegetais); estudo da distribuição e adaptação humana no globo; os combustíveis e a produção de energia.
6º	Autonomia	O Estado; formas de governos, representações e cidadanias nas diversas sociedades; a constituição do conceito de política e democracia no mundo ocidental; ideologias e movimentos sociais; estado e classes sociais; a organização indígena como caminho para a autonomia e autodeterminação; gestão territorial e etnodesenvolvimento. Levantamento de temas de estudo para o segundo ciclo do curso.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
REITORIA



7º	TCC I	Conteúdos específicos das temáticas e problemas elencados para estudo na área de terminalidade.
8º	TCC II	Conteúdos específicos das temáticas e problemas elencados para estudo na área de terminalidade.

Referência Básica:

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O Que é Educação*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.
- BUENO, Eduardo. *Náufragos, traficantes e degredados - as primeiras expedições aos Brasil*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- COLOMBO, Cristóvão. *Diários da Descoberta da América: - as quatro viagens otostamento*. Porto Alegre: L&PM, 1999.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica*. Brasília: MEC 2001.
- CONVENÇÃO nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT/Organização Internacional do Trabalho. - Brasília: OIT, 2011. 1 v CUNHA, Manuela Carneiro da. *Os Direitos do Índio*. Brasiliense, 1987.
- DAY, Michael H. *O Homem Fóssil*. São Paulo: Melhoramentos/USP, 1974 (Série Prisma).
- DUNCAN, David Ewing. *Calendário: a epopéia da humanidade para determinar um ano verdadeiro e exato*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
- ELIAS, Norbert. *Sobre o Tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979
- GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: Hucitec/Edusp/SEC-SP, 1989.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989
- GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *Índios no Brasil*. São Paulo: SMC-SP, 1992.
- GRUPIONI, Luís Donisete Benzi; VIDAL, Lux; FISCHMANN, Roseli (Org.). *Povos indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade*. São Paulo: EDUSP/UNESCO, 2001.
- LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- LOPES DA SILVA, Aracy (org.). *A questão indígena na sala de aula: subsídios para professores de 1º e 2º graus*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.
- LOPES DA SILVA, Aracy e FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Orgs.). *Práticas pedagógicas na escola indígena*. São Paulo: FAPESP/GLOBAL/MARI, 2001.
- LOPES DA SILVA, Aracy. *Índios*. São Paulo: Ática, 1988.
- MALERBA, Jurandir (org.). *A Velha História: - teoria, método e historiografia*. Campinas: Papyrus, 1996.
- MANACORDA, Mario Alighiero. *História da Educação – da antiguidade aos nossos dias*. Tradução de Gaetano Lo Mônaco. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- MELATTI, Julio Cezar. *Os índios do Brasil*. São Paulo: HUCITEC, Brasília: EDUNB, 1993.
- MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica*. Brasília: CNE, 2001.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parâmetros em Ação – textos de fundamentação*. Brasília: SEF, 2001.
- MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. *Referenciais para a Formação de Professores Indígenas*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 2002.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Brasília: SEF-CGAEI, 1998.
- MONTEIRO, Paula (coord.). *Entre o Mito e a História - o V centenário do descobrimento*



- da América*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina Souza (orgs.). *Geografia de Mato Grosso: Território, Sociedade, Ambiente*. Cuiabá: Entrelinhas.
- NIEMEYER, Ana Maria de; GODOI, Emília P. de (orgs.). *Além dos Territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas: Mercado das Letras, 1998.
- OLSON, David R.; TORRANCE, Nancy (org.). *Cultura Escrita e Oralidade*. São Paulo: Editora Ática, 1995
- PADILHA, Paulo Roberto. *Planejamento dialógico*. São Paulo: Cortez Editores, 2002.
- PERRENOUD, Philippe. *Dez novas competências para ensinar*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- PROJETO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS. *Cadernos de educação escolar indígena*. Barra do Bugres: UNEMAT, v.1, 2, 3 e 4, n.1, 2002.
- RAMOS, Alcida Rita. *Sociedades Indígenas*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1994. REIS, José Carlos. *Tempo, História e Evasão*. Campinas: Papirus, 1994.
- RIBEIRO, Berta G. *O índio na História do Brasil*. São Paulo: Editora Global, 1983.
- RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1982.
- ROCHA, Everardo P. Guimarães. *O que é etnocentrismo*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1987.
- SANTOS, José Luis dos. *O que é Cultura*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SILVA, Aracy Lopes da; DONISETE, Luis Benzi Grupioni (orgs.). *A Temática Indígena na Escola. Novos Subsídios para Professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC, MARI, UNESCO, 1995.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Alienígenas em sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antonio Flávio (org.). *Territórios contestados. O currículo e os novos mapas políticos e culturais*. Organização.
- THOMAS, K. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América. A questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros - uma reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- VIDAL, Lux (org.). *Grafismo Indígena. Estudos de Antropologia Estética*. São Paulo: Studio Nobel, EDUSP, FAPESP: 1992.
- WEISZ, Telma. *O diálogo entre o ensino e a aprendizagem*. São Paulo: Ática, 2000.
- ZABALA, Antoni. *A prática educativa*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

Referência Complementar:

- ALVES, Nilda. *Formação de professores: fazer e pensar*. São Paulo: Cortez Editores, 1991.
- ASKIN, I.F. *O Problema do Tempo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- AZANHA, Gilberto e VALADÃO, Virgínia Marcos. *Senhores destas terras - os povos indígenas no Brasil: da colônia aos nossos dias*. São Paulo: Atual Editora, 1991.
- BALANDIER, Georges. *A noção de situação colonial*. Revista dos Alunos. São Paulo: PPGAS, USP, 1993.
- BARRETTO, Henyo Trindade Filho. *Sociedades indígenas: a diversidade cultural contemporânea no Brasil*. Brasília: FUNAI, 1996.
- BERUTTI, Flávio; MARQUES, Adhemar. *Ensinar e aprender história*. Belo Horizonte: RHJ, 2009.
- BITTENCOURT, Circe. *O saber histórico em sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1998.
- BORGES, Dulcina T.B. *Você, o tempo e a história*. Cadernos de História, UFU, v5, n5, jan./dez 1994.



- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Portugal: Publicações Europa América, 1963.
- BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. 5.ed. Lisboa: Ed. Presença.
- CAVALCANTI, Lana Souza de. *Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos*. Campinas: Papirus, 1998.
- CANCLINI, Néstor García. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o estado - investigações sobre antropologia política*. Porto/Portugal: Edições Afrontamento, 1975.
- CIMI-OPAN (Org.) Dossiê: Índios de Mato Grosso. Cuiabá, 1988.
- COLAÇO, Thais Luzia. *Elementos de Antropologia Jurídica*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2008.
- CUCHE, Denys. *A Noção de Cultura em Ciências Sociais*. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- DECLARAÇÃO das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Rio de Janeiro: UNIC: Cuiabá: Entrelinhas, 2009.
- D'ALESSIO, Márcia M. *Reflexões sobre o Saber Histórico*. São Paulo: Fundação Ed. Unesp, 1998.
- DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.
- DEMO, Pedro. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. São Paulo: Cortez, 2003.
- EVANS, Idrisyn. *O Planeta Terra*. São Paulo: Melhoramentos/USP, 1974 (Série Prisma).
- FONSECA, Selva Guimarães; SILVA, Marcos. *Ensinar História no Século XXI: em busca do tempo entendido*. Campinas, SP: Papirus, 2009.
- FUNAI. *Legislação e jurisprudência indígenas*. Brasília: FUNAI, 1983. GOMES, Mércio Pereira. *Os índios e o Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *História da Educação Brasileira: Leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. 135p.
- KIMURA, Shoko. *Geografia no ensino básico: questões e propostas*. São Paulo: Contexto, 2010.
- KUPER, A. *Antropólogos e Antropologia*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1978.
- KXINAWÁ, Joaquim Paulo Maná et alii. *Índios no Acre - História e organização*. Rio Branco: Comissão Pró-Índio do Acre/MEC, 2002.
- LEÓN-PORTILLA, Miguel. *A Conquista da América vista pelos índios - relatos astecas, maias e incas*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- LÉRY, Jean. *Viagem à terra do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora, EDUSP, 1972.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um Grande Cerco de Paz - poder tutelar, indianidade e formação do estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- LOPES DA SILVA, Aracy. NUNES, Ângela. MACEDO, Ana Vera (orgs). *Crianças indígenas: ensaios antropológicos*. São Paulo: Global, 2002.
- MAAR, Wolfgang Leo. *O que é política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- MELIÁ, Bartolomeu. *Educação Indígena na escola*. Cadernos Cedes, ano XIX, nº 49, Dezembro/99.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *As leis e a educação escolar indígena*. Programa Parâmetros em Ação – Educação Escolar Indígena. Brasília: SEF, 2002.
- MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. *Experiências e Desafios na Formação de Professores Indígenas no Brasil*. EM ABERTO. Brasília: INEP, 2003.
- MONTE, Nietta. *Escolas da floresta: entre o passado oral e o presente letrado*. Rio de Janeiro: Multiletra, 1996.
- MORGAN, Lewia H. *Os períodos étnicos e O ritmo do progresso humano*. In "A sociedade primitiva", vol. 1. Lisboa/São Paulo: Editorial Presença/ Martins Fontes, 1976.
- NEVES, Eduardo Góes. *Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil*. in "A temática indígena na escola - novos subsídios para professores de 1º e 2º graus". Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.



- NIEMEYER, Ana Maria de. *Desenhos e Mapas na Orientação Espacial: pesquisas e ensino de antropologia. Textos Didáticos nº 12.* Campinas: IFCH/Unicamp, 1994.
- NOVAES, Adauto. *A outra margem do ocidente.* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- NÓVOA, Antonio (org.). *Vidas de professores.* Lisboa: Porto Editora, 2000.
- _____. *Os professores e a sua formação.* Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.
- OLIVEIRA, João Pacheco (org.). *Indigenismo e Territorialização - poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil Contemporâneo.* Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.
- OLIVEIRA, João Pacheco. *Ensaio em Antropologia Histórica.* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.
- PEDROSO, José Augusto. *O pensamento e a ação do professor.* Porto: Porto Editora, 1995.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Vinte luas - viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- PINSKY, Carla Bassanezi (org) *Novos temas nas aulas de história.* São Paulo: Contexto, 2010.
- RIBEIRO, Berta G. *Dicionário de Artesanato Indígena.* Belo- Horizonte: Itatiaia/SP: EDUSP, 1988.
- RÜSEN, J. *História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico.* Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007
- SANTILLI, Juliana.
- SANTILLI, Márcio. *Os brasileiros e os índios.* São Paulo: Editora SENAC, 2001.
- SANTOS, Milton. *Metamorfose do Espaço Habitado.* São Paulo: Hucitec, 1988.
- SCARPA, Regina. *Era assim, agora não.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.
- SILVA, Marcos (org). *História. Que ensino é esse?* Campinas: Papirus, 2013.
- STANDEN, Hans. *A verdadeira história dos selvagens, nus e ferozes devoradores de homens.* Rio de Janeiro: Dantes Editora e Livraria, 1998.
- STEFANELLO, Clarissa Ana. *Didática e avaliação da aprendizagem no ensino de geografia.* São Paulo: Saraiva, 2009.
- TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional.* RJ: Vozes, 2002.
- VEIGA, Juracilda; SALANOVA, Andrés. *Questões de educação escolar indígena: da formação do professor ao projeto de escola.* Brasília: FUNAI/DEDOC/ALB, 2001.
- VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Jeanpaolo. *História Geral e do Brasil.* São Paulo: Scipione, 2001.

Filmes Sugeridos

1. 1492 - A conquista da América
2. 20 anos de luta – a terra dos Macuxi
3. A idade do Brasil, série da TV Escola/Unicef/TVE Brasil, produzida em 1999, que apresenta aspectos da formação do Brasil e do povo brasileiro, composta por três programas
4. Brava gente
5. Brincando nos campos do Senhor
6. Contatos - Índios no Brasil/MEC, Programa TV Escola
7. Deus chega nas aldeias - Índios no Brasil/MEC, Programa TV Escola
8. Índios gigantes – a saga dos Panará
9. Índios no Brasil, série produzida pelo MEC/Programa TV Escola e Vídeo nas Aldeias, apresentando o perfil da população indígena, sua história e suas perspectivas de futuro, composta por 10 programas
10. O povo Brasileiro, série produzida por Isa Ferraz, Antonio Risério e Marcos Pompéia, a partir da obra de Darcy Ribeiro, onde se apresenta a formação do povo e da nação brasileira, discutindo as matrizes culturais, os percursos históricos, problemas e perspectivas de futuro, composta por 10 programas.
11. Terra dos índios
12. Vídeos sobre a criação das organizações indígenas no Brasil.
13. Xingu.



Ementário de Línguas, Artes e Literaturas

Ao tratarmos da área de Línguas, Artes e Literatura destacamos, primeiramente, o indígena Ailton Krenak:

Ouçá o que dizem os antigos. Preste atenção na fala dos velhos sábios, poiseles guardam a Palavra Criadora. (...) Mas o mundo está perdendo o contatocom o Poder Criador da Palavra e se afastando da sua memória divina que dá origem a todas as coisas. (...) Ouça a Palavra dos velhos sábios, eles carregam a Palavra Cântaro, de onde jorra a palavra pura e vital. (...) Contamdo tempo antigo, as narrativas que invocam a fundação do mundo A'uwê e sua cultura singular. Narrativas tradicionais tecidas com a mesma mestria refletida nos objetos de arte repletos de texturas sutis e discretas, que revelam e ocultam. Como nos balaio feitos em trançados para carregar farinha e que nos seus desenhos contam histórias da vida de quem fez o trançado. (...) E nos entregam neste balaio soberbo, repleto de arte. (Guardadores da Palavra Criadora, 1998)

Vejamos o que dizem outros autores em relação à Língua Portuguesa:

Uma das armas de que tais populações têm lançado mão, hoje, para se defender, é a busca do conhecimento da sociedade do não-índio, de seus costumes, de sua maneira de pensar. Para ter acesso a essas informações, saber bem a língua portuguesa é a primeira necessidade. Assim, a cada dia que passa, cresce o volume de reivindicações por parte das comunidades indígenas, por educação escolar formal: entender a sociedade envolvente para defender-se dela. (CAMARGO & ALBUQUERQUE, 1998).

Ao pensar especificamente na área de Línguas, a preocupação primeira não é exatamente a de ensinar aos índios o Português, língua oficial e majoritária no país. Neste projeto tem-se presente o cuidado para não dissociar o ensino do Português do desenvolvimento das línguas indígenas e de não abafar o seu conhecimento e utilização. O ensino da língua portuguesa é uma necessidade para a comunicação entre índios e não índios e uma forma de fortalecer as relações interculturais.

Na estrutura dos cursos, a área de Línguas terá, portanto, como objeto de estudo, a experiência da linguagem, a prática do dizer e do calar, a temática da "língua nacional" versus línguas indígenas e as relações entre línguas, artes e literaturas.

As Artes e a Literatura, componentes igualmente essenciais dos cursos, serão apresentadas como formas de trabalhar a sensibilidade e de alargar a visão de mundo. Ter-se-á o cuidado de possibilitar a experiência literária e artística, colocando em circulação a produção - seja em língua nativa, seja em português - e buscando em cada produção o espírito do povo que a produziu.

A base do trabalho com arte e literatura será essencialmente o próprio objeto de Arte



(textos, etc.) e a sua interpretação, fundada sobretudo na contemplação. O que se busca nesse trabalho é o estudo das diferentes formas de expressão acerca dos objetos de arte, como esse objeto foi dito e como foi pensado por uma determinada pessoa, comunidade ou povo.

A unidade epistemológica e a integração com as demais áreas que compõem os cursos serão buscadas numa reflexão sobre o funcionamento da linguagem em geral, tendo seu apoio teórico numa abordagem discursiva. Essa abordagem permitirá relacionar o conhecimento da linguagem ao conhecimento das formações sociais, levando em conta, como fato fundamental, a relação necessária entre linguagem e suas condições de produção, a constituição histórica do sujeito e do sentido. Não se considera, portanto, nesta abordagem, a linguagem como mero instrumento de comunicação e de informação - conjunto de códigos que, decifrados, tornariam a linguagem algo transparente -, mas na sua dimensão ideológica, analisando os processos discursivos, os dispositivos ideológicos de interpretação, que determinam tanto o sujeito quanto o sentido, desfazendo a ilusão de que o sujeito está na origem do seu dizer. Ou na formulação de Orlandi: "quando se diz algo, alguém o diz de algum lugar na sociedade para outro alguém também de algum lugar da sociedade e isto faz parte da significação"⁷

Com base nas Teorias do Discurso, é possível pensar a linguagem a partir da história da sua constituição, incluindo aqui toda a história do contato das línguas indígenas entre si e com a língua portuguesa.

Portanto, não é sem preocupação que a escola adentra as sociedades indígenas buscando superar a tendência (e a prática) etnocêntrica e desenvolvendo ações que deem lugar/espço para o outro, permitindo o desenvolvimento de relações simétricas e dialógicas.

Pensando a prática, só é possível operacionalizar esta área considerando a clientela real e concreta que compõe o quadro discente: quem são os cursistas, a que etnias pertencem, por que ingressaram no curso, qual é a história do contato com a sociedade envolvente etc.

Em segundo lugar, todos os envolvidos no projeto terão presente (e irão esclarecendo no decorrer do trabalho) qual é a função da língua oral e da escrita para as diferentes culturas.

A área de Línguas, Artes e Literaturas habilitará o cursista ao trabalho com as diferentes linguagens: escrita, oral, artística e literária, em: Língua indígena (cada uma língua falada/escrita pela sua etnia), língua portuguesa, educação artística, literaturas indígena e brasileira.

Semestre	Temáticas	Ementas
1º LAL I	Gênese	A comunicação do homem: a estruturação da fala humana; comunicação não-verbal: a música, arte e artesanato; as representações corporais: pintura, dança, encenações; a força da tradição oral.
2º LAL II	Tempo	As formas de criação e transmissão de conhecimentos, a narrativa como função estruturante do pensamento; a diversidade linguística: as diferentes expressões do pensamento ao longo dos tempos; a escrita como uma das formas de representação; a reprodução de uma narrativa em texto; a reprodução de histórias e a sua utilização como material didático.
3º LAL III	Espaço	Pluralidade cultural e representações sociais; a palavra como unidade de fala; unidades de decomposição da palavra: fonemas, sílabas, radicais, afixos; os elementos básicos da construção de um texto oral e escrito (coesão, coerência e progressão); relação entre autor, leitor, texto e prática social; textos didáticos resultantes das descrições de eventos; o corpo humano como espaço de representação: coreografias.
4º LAL IV	Sociedade	A cultura como expressão das sociedades; o registro e o incentivo às manifestações culturais dos povos indígenas de Mato Grosso; clássicos da produção literária no Brasil e na América Latina; algumas técnicas e recursos para a produção literária; linguagem formal e elaboração de documentos; registro de eventos em poesia e em prosa. O discurso em seus diferentes contextos sociais: familiar, escolar, coloquial, público, ritual, etc.; a construção do discurso: palavras, frases, períodos e parágrafos; a comunicação no



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
REITORIA



		cotidiano das culturas: mídia e imagística; literatura indígena como forma de registro do cotidiano; o artesanato como expressão de arte indígena; produção de pequenas peças teatrais sobre o cotidiano indígena.
5º LAL V	Território	A escrita como forma de comunicação hegemônica nas sociedades modernas; a linguagem da argumentação e do conflito; a escrita como arma na defesa territorial. A linguagem legal: análise de alguns textos legais de interesse dos índios; educação bilíngue para quem e para quem?; a produção literária sobre o “índio” brasileiro; apreciação de alguns textos produzidos por professores indígenas de Mato Grosso. A poesia das águas como metáfora; as linguagens: musical, poética, técnica, acadêmica e burocrática; interpretação de textos poéticos e técnicos; produção de materiais didáticos com texto e desenhos; produção e reprodução de poesias e músicas indígenas.
6º LAL VI	Autonomia	O domínio da escrita e da leitura e a “preservação” linguística e cultural como formas de autonomia. O mercado consumidor como definidor de linguagens; artesanato tradicional versus comercial; festas tradicionais versus representações folclóricas; o turismo como elemento definidor de manifestações culturais e de organização tempo-espacial; mídia e outras formas de divulgação de produtos culturais; utilização e domínio das línguas portuguesa e de cada sociedade indígena; apreciação de alguns textos produzidos por líderes indígenas do Brasil e da América. Levantamento de temas de estudo para o segundo ciclo do curso.
7º LAL VII	TCC I	Conteúdos específicos das temáticas e problemas elencados para estudo na área de terminalidade.
8º LAL VIII	TCC II	Conteúdos específicos das temáticas e problemas elencados para estudo na área de terminalidade.

Referência Básica

- ALENCAR, José de. *Iracema*. Notas de Silviano Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- ANDRADE, Mário de. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Martins, 1972.
- BASÍLIO, Margarida. *Teoria Lexical*. São Paulo: Ática, 2001.
- BAGNO, Marcos. *A língua de Eulália: novela sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 1997.
- BOSI, Alfredo. O ser e o tempo na poesia. São Paulo: Cultrix, 1993. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994. *Cultura Brasileira: temas e situações*. Editora Ática, 2004.
- CAGLIARI, L. C. *Guia de Transcrição Fonética*. São Paulo: UNICAMP, 1983.
- CÂMARA JR., Joaquim M. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- CARONE, Flávia. *Subordinação e Coordenação – Confrontos e contrastes*. São Paulo: Ed. Ática, 2001.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 43.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.
- FARIA, Maria Alice. O jornal na sala de aula. São Paulo: contexto, 2004.
- FAUSTO, Carlos. “História”. In: *Índios no Brasil 1*. Brasília: MEC/SED, 1999.
- FERREIRA, Mariana K. Leal (org.). *Histórias do Xingu – coletâneas dos índios Suyá, Kayabi, Juruna, Trumai, Txucarramãe e Txicão*. São Paulo: NHII/USP/FAPESP, 1994.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. 29 ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- GARCIA, Othon M. *Comunicação em Prosa Moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. 21ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 540p
- GERALDI, João Wanderley. (org.) *O texto na sala de aula: produção & leitura*. 2. ed. Cascavel: Assoeste, 1984.
- GNERRE, M. *Linguagem, Escrita e Poder*. 4.ed. 2ª tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- GRUBER, Jussara G. (org.). *Ticuna – o livro das árvores*. Benjamin Constant: Organização Geral



- dos Professores Ticunas Bilíngues, 1997.
- ILARI, Rodolfo. *A linguística e o ensino da língua portuguesa*. 4. ed. São Paulo: MartinsFontes, 1997. (Texto e Linguagem)
- JECUPÉ, Kaka Werá. *A terra dos mil povos: história indígena brasileira contada porumíndio*. São Paulo: Peirópolis, 1998.
- KEHDI, Valter. *Morfemas do Português*. São Paulo: Ática, 2002.
- KOCH, Ingedore Villaça. *A coesão textual*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 1993.
- KUMU, Umúsin Panlõn e KENHÍRI, Tolamãn. *Antes o mundo não existia: a mitologia heróica dos índios Desan*. São Paulo: Livraria Cultura Editora, 1980.
- LEMLE, Miriam. *Guia Teórico do Alfabetizador*. São Paulo: Ática, 2002. LUFT, Celso P. *Língua e Liberdade*. Porto Alegre: LPM Editores, 1985.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da conversação*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- MARTINS, Maria Helena. *O que é Leitura*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MENEZES, Gilda et. al. *Como usar outras linguagens na sala de aula*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- MINDLIN, Betty e narradores Suruí. *Vozes da origem; estórias sem escrita (narrativas dos índios Suruí de Rondônia)*. São Paulo: Ed. Ática / IAMÁ, 1996.
- MINDLIN, Betty. *Moqueca de maridos: mitos eróticos*. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1997.
- MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica*. Brasília: CNE, 2001.
- MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. *Experiências e Desafios na Formação de Professores Indígenas no Brasil*. EM ABERTO. Brasília: INEP, 2003.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parâmetros em Ação – textos de fundamentação*. Brasília: SEF, 2001.
- MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. *Referenciais para a Formação de Professores Indígenas*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 2002.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Brasília: SEF-CGAEI, 1998.
- MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. *Introdução à linguística*. São Paulo: Cortez, v.1, 2001.
- PERINI, M.A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1996.
- POSSENTI, Sírio. *Porque não ensinar Gramática na Escola*. Coleção
- RIBEIRO, Berta. *Dicionário do artesanato indígena*. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1988.
- RIBEIRO, Darcy. *Maíra*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.
- ROSA, Maria Carlota. *Introdução à Morfologia*. São Paulo: Contexto, 2000.
- SILVA, Thais Cristóforo. *Fonética e Fonologia: roteiro de estudos e guia de exercícios*. São Paulo: Contexto, 1999.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1997.
- VIDAL, Lux. (org.) *Grafismo indígena. Ensaios de antropologia estética*. São Paulo: StudioNobel/Fapesp/Edusp, 1992.
- SILVA, Aracy Lopes da e GRUPIONI, Luis Donisete B. (orgs.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º Graus*. Brasília: MEC/Mari/Unesco, 1995.

Referência Complementar

- ANTUNES, Irlandé. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Parábola Editorial, 2005.
- _____. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- AZEREDO, J.C. *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Hucitec, 2006.
- BOFF, Leonardo. *O casamento entre o céu e a terra: contos dos povos indígenas do Brasil*. Rio de



- Janeiro, Salamandra, 2001.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002. As Políticas Linguísticas. Florianópolis e São Paulo: Ipol/Parábola, 2007. *Tradição oral e tradição escrita*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- CÂMARA JR., Joaquim M. *Princípios de Linguística Descritiva*. Petrópolis: Vozes, 1971. CARONE, Flávia. *Morfossintaxe*. São Paulo: Ed. Ática, 1986.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Literatura oral no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1984.
- CHIAPPINI, Lígia. *Aprender e ensinar com textos não escolares*. (Coord. Adilson Citelli). 3.ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- D' ANGELIS, Wilmar; VEIGA, Juracilda (orgs.). *Leitura e escrita em escolas indígenas*. Encontro de Educação Indígena no 10º COLE / 1995. Campinas/SP: Associação de Leitura do Brasil / Mercado de Letras, 1997.
- DIAS, Antonio Gonçalves. *Poesia*. Rio de Janeiro: Agir. 1980.
- FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão. *Oficina de Texto*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- FARGETTI, Cristina Martins (Org.). *Abordagens sobre o léxico em línguas indígenas*. Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2012.
- FROMKIN, V. & RODMAN, R. *Introdução à Linguagem*. Coimbra: Almedina, 1993. GLEASON, H.A. *Introdução à Linguística Descritiva*. Lisboa: FC Gulbenkian, 1971. GHILARDI, M. I& BARZOTTO, V. *Mídia, Educação e Leitura*. São Paulo: ALB, 1999.
- GRUBER, Jussara Gomes. As extensões do olhar: A arte da formação dos professores Ticuna. *Em Aberto*. Brasília: INEP, ano 14, nº. 63, p.122-136, jun./set. 1994.
- KRAHÓ, Dodanin; POLECK, Lydia (org.). *Amji Kin Krahó – Me holor xá nã itajê/Festas Krahó: Objetos e Instrumentos Musicais*. Goiânia: Projeto de Educação para o Estado do Tocantins, 1997.
- MAGALHÃES, J.V.Couto de. *O selvagem*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.
- MAIA, Marcus R. "Ibru - el llanto ritual Karajá" Trabalho apresentado nas Segundas Jornadas de Etolinguística, realizadas na Universidad Nacional de Rosario, Argentina entre os dias 02 e 04 de outubro de 1996. Trabalho publicado na integra nas *Actas de las II Jornadas de Etnolinguística*, Tomo I, Universidad Nacional de Rosario, Argentina, p.95-102. Oficina do Período: uma proposta para o ensino de português no 3º Grau Indígena. *Cadernos de Educação Escolar Indígena*, nº 2, p. 77-85. Barra do Bugres, MT: Unemat, 2003.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- MARIANI, Bethânia. *Colonização lingüística*. Campinas: Pontes, 2004.
- MATOS, Cláudia Neiva de (org.). *A tradução de cantos indígenas*. 2001. Mimeo.
- MATOS, Cláudia Neiva de (org.). *Iniciação à linguagem literária: elementos para uma proposta de currículo de formação de professores de 1º grau*. 1995. Mimeo. *Antologia da Floresta: literatura selecionada e ilustrada pelos professores indígenas do Acre*. Rio de Janeiro: Multiletras, 1997.
- MATOS, Cláudia Neiva de, TRAVASSOS, Elizabeth e MEDEIROS, Fernanda Teixeirade (org.). *Ao encontro da palavra cantada: poesia, música e voz*. Rio de Janeiro: 7letras / CNPq, 2001.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *As leis e a educação escolar indígena*. Programa Parâmetros em Ação – Educação Escolar Indígena. Brasília: SEF, 2002
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Referenciais de formação de professores*. Brasília: SEF, 1999.
- NICOLAIDES, Christine; SILVA, Kleber Aparecido da; TÍLIO, Rogério; ROCHA, Claudia Hilsdorf (Orgs.). *Política e Políticas Linguísticas*. Campinas, SP: PontesEditores, 2013.
- ORLANDI, Eni P. "Reflexões sobre escrita, educação indígena e sociedade." *Escritos* Nº 5, dez./1999. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001
- PRESTES, Maria L. de Mesquita. *Leitura e (Re) escritura de Textos: subsídios teóricos e práticos para o seu ensino*. Catanduva, São Paulo: Rêspel, 2001.
- RIBEIRO, Darcy. *Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- RISÉRIO, Antonio. *Textos e tribos; poéticas extraocidentais nos trópicos brasileiros*. Rio de



Janeiro: Imago, 1993.

ROJO, Roxane. (org.) *A Prática de Linguagem em sala de aula: praticando os PCNs*. São Paulo: EDUC; Campinas, SP: Mercado das Letras, 2000.

SANDERS, Th. E; PEEK, W. W. (org. e trad.). *Literature of the American Indian*. Beverly Hills: Glencoe Press; Toronto: Collier-MacMillan, 1973.

SANDMANN, Antônio. *Morfologia Geral*. São Paulo: Contexto, 1991.. *Morfologia lexical*. São Paulo: Contexto, 1992.. *A linguagem da propaganda*. São Paulo: Contexto, 2003.

SANTOS, Luzia Aparecida Oliva dos. *O percurso da indianidade na literatura brasileira: matizes da formação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

AVIOLI, Francisco Platão & FIORIN, José Luiz. *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 1994.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim e Colaboradores. *Gêneros orais e escritos na escola*. São Paulo: Mercado de Letras, 2004.

SOARES, Magda. *Letramento: Um tema e três gêneros*. 2 ed. 8 reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. SOARES, M. *Técnica de Redação*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984.

SUASSUNA, Livia. *Ensino de Língua Portuguesa: uma abordagem pragmática*. Campinas - S. P: Papyrus, 1995.

SOUZA, Tânia C. Clemente de. *Discurso e oralidade: um estudo em língua indígena*. Niterói: Universidade Federal Fluminense (Publicações do MCII), 1999.

YÁÑEZ, Mirta et alii (org.). *Antología de la literatura prehispánica*, tomo I. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1986.

Ementário de Ciências Matemáticas e da Natureza

A área de Ciências Matemáticas e da Natureza visa a formação de professores de Ciências para o ensino fundamental, e de Biologia, Física, Matemática e Química para o ensino médio. Para tanto, tem-se por ponto de partida o entendimento que todas as sociedades mantêm com a natureza uma estreita relação de interdependência. As diferentes formas de aproveitamento e utilização dos recursos naturais, por um lado, e as diferentes formas de organização social, por outro, definirão o modo de vida de cada sociedade.

O programa para a área de Ciências Matemáticas e da Natureza para professores indígenas tem como eixo principal a história da construção dos diferentes conhecimentos (dentre eles o científico), como fruto das inter-relações entre sociedade-natureza-ciência- tecnologia. Sob tais paradigmas, busca-se estabelecer complementaridade entre os diferentes saberes, tendo como ponto de partida e como objeto de estudo os conhecimentos próprios da comunidade educativa que participa do curso. Portanto, a área de Ciências Matemáticas e da Natureza discutirá as diferentes formas utilizadas pelas sociedades — indígenas e não-indígenas - para a disponibilização de alimentos, vestuário, moradia, etc., e para o atendimento de suas necessidades simbólicas e cosmológicas. Tal abordagem, entretanto, não é estática. Ao contrário, trata das transformações advindas do contato intersocietário, especialmente entre a denominada “civilização ocidental” e as sociedades indígenas. Os novos desafios que se colocam frente às sociedades indígenas precisam ser tratados adequadamente tendo por base os conhecimentos autóctones e os das outras culturas e de suas “ciências”. Os conteúdos das diferentes Ciências desta área serão trabalhados simultaneamente e de forma integrada nas etapas letivas intensivas e nos períodos de atividades cooperadas, de ensino e de pesquisa. Busca-se, portanto, superar a “fragmentação da natureza” nos nichos da biologia, física, química ou matemática, propondo-se a compreensão dos fenômenos naturais como uma unidade que é abordada sob diferentes perspectivas e com múltiplos instrumentos de análise.



Semestre	Temáticas	Ementas
1º CMN I	Gênese	As origens do Universo, da Terra, da vida, do homem e do conhecimento; as construções explicativas (mitos e cosmologias); diversidade/evolução das espécies vivas; análises sobre a capacidade que o ser humano tem de produzir conhecimentos (cultura-ciência-tecnologia), de promover transformações e de transformar-se.
2º CMNII	Tempo	Tempos absoluto e relativo; a organização do tempo por diferentes civilizações; os movimentos de corpos celestes (movimentos da Terra, da Lua e de outros astros); diferentes medidas para o tempo: tempo cósmico (ano- luz), tempo geológico, período de vida de diferentes espécies; relações espaços-temporais e as transformações da natureza; energia, entropia e processos reversíveis e irreversíveis; ritmos biológicos; transformações no ambiente.
3º CMNIII	Espaço	Evolução da vida no tempo e no espaço; limites da percepção dos sentidos humanos; ondas, gravidade, luz, calor, som, eletricidade e magnetismo; sistemas de padronização de medidas; forças do universo; a organização da matéria em nível de macrocosmo (Terra, Sistema Solar, Via-Láctea, Universo); campo gravitacional e magnético da Terra; ocupação do espaço terrestre pelas espécies vivas, de acordo com a sua capacidade adaptativa; distribuição da espécie humana sobre a Terra; impactos da ocupação humana no ambiente físico e social; a organização da matéria em nível de microcosmo (estrutura atômica e molecular).
4º CMNIV	Sociedade	Conceitos gerais de genética; genética humana; Dispositivos que facilitam o trabalho do homem: máquinas, instrumentos de medição, transportes, conservação de alimentos, instrumentos utilizados para a saúde; Análises da organização dos grupos humanos no espaço físico e social; Relações entre a ocupação do espaço e as formas de distribuição de conhecimentos, bens e serviços derivados do desenvolvimento do conhecimento; implicações dos avanços das tecnologias no contexto físico e social; Problemas ambientais da sociedade contemporânea; O homem como agente geológico; Aproveitamentos de energéticos; aplicação das ondas eletromagnéticas; o uso do calor nas atividades humanas; a trajetória da luz e do som no corpo humano; a interação entre o meio biótico e abiótico e das espécies vivas entre si; transformações físicas, químicas no ambiente ocorridas naturalmente e/ou pela ação humana; manejo diário do ambiente pelos grupos sociais humanos; necessidades básicas do ser humano (moradia, alimentação, saneamento básico, trabalho, vestuário, saúde, lazer etc.).
5º CMNV	Território	Caracterização fisiográfica das paisagens; solo, água, biodiversidade; recursos naturais renováveis e não- renováveis: disponibilidades e aplicações; problemas ambientais resultantes da concentração de pessoas em um mesmo território; mecanismos para demarcação do território pelos animais; mecanismos de ocupação do espaço pelas plantas; terras indígenas e recursos naturais. Conceitos básicos de ecologia; importância da água para a vida e para a humanidade (alimentação, transporte, higiene, lazer, processos de produção); o ciclo hidrológico; ocupação dos espaços geográficos pela espécie humana; distribuição e estoque de água potável no planeta; mudanças de estados físicos da água; interações da água com os diferentes elementos do ambiente; transformações observadas na água decorrentes como produto da ação humana.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
REITORIA



6º CMNVI	Autonomia	Responsabilidade social do professor; o uso social da ciência; as Ciências Matemáticas e da Natureza e as relações de poder; os recursos naturais como fontes de autonomia das sociedades; a relação entre economia e recursos naturais; tecnologia, ciência e luta por autonomia. Levantamento de temas de estudo para o segundo ciclo do curso.
7º CMNVII	TCC I	Conteúdos específicos das temáticas e problemas elencados para estudo na área de terminalidade.
8º CMNVIII	TCC II	Conteúdos específicos das temáticas e problemas elencados para estudo na área de terminalidade.

Referência Básica

- AFONSO, Germano Bruno. *O Céu dos Índios Tembé*. Série Etnoastronomia, Universidade Estadual do Pará.
- ATKINS, Peter; JONES, Loretta. *Princípios de Química: Questionando a vida moderna e o meio ambiente*. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- CONFALONIERI, Ulisses E. C. *Saúde de Populações Indígena: Uma Introdução para Profissionais de Saúde*. Rio de Janeiro: PARES, 1993.
- CURTIS, Helena. *Biologia*. 2.ed. Editora Guanabara – Koogan. D'AMBRÓSIO, Ubiratan. Uma história concisa da matemática no Brasil.
- DI NEVES, Marcos; ARGUELLO, Carlos. *Astronomia de Régua e Compasso*. Editora Papyrus, 2002.
- HARA, Massao. *O Universo e a Ciência: a água e os seres vivos*. 6.ed. São Paulo: Scipione, 1999.
- HARRIS, D.C. *Análise química quantitativa*. Rio de Janeiro, 2005.
- IEZZI, Gelson e MURAKAMI, Carlos et al. *Coleção de Fundamentos de Matemática Elementar* (vol. 01 a 10). Atual Editora – São Paulo - 2004
- LEHNINGER, Albert Lester. *Bioquímica*. 2.ed. São Paulo: Edgard Blucher, v.1, 1976. LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1993.
- MAFRA, Humberto. *Desafios e Perspectivas do Movimento Ambientalista no Brasil*. Brasília: Prática e Gráfica Editora, 1995.
- MARCZWSKI, Maurício; VÉLEZ, Eduardo. *Ciências Biológicas*. São Paulo: FTD, v.1, 1999.
- MARTHO, Gilberto. *Evolução dos Seres Vivos*. Editora Scipione, 1996.
- MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica*. Brasília: CNE, 2001.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parâmetros em Ação – textos de fundamentação*. Brasília: SEF, 2001.
- MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. *Referenciais para a Formação de Professores Indígenas*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 2002.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Referenciais para a formação de professores indígenas*. Brasília: SEF-CGAEI, 2002.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Brasília: SEF-CGAEI, 1998.
- NEVES, Maria Aparecida. *Atividades Matemáticas: Ciclo Básico*. 2.ed. São Paulo: SE/CENP, 1998.
- PAIS, LUIZ CARLOS. *Didática da Matemática*. Editora Autêntica, 2001.
- RUSSEL, R.B. *Química Geral*. McGraw, 1982.
- SETTI, Arnaldo Augusto. *A Necessidade do Uso Sustentável dos Recursos Hídricos*. Brasília: IBAMA, 1994.
- TOLEDO, MAURO / TOLEDO, MARILIA. *Didática de Matemática – como dois edois*. Editora FTD, 1997.

Referência Complementar



- ARGUELLO, Zoraide. *Apostila de Informática para Aprendizado do Editor Word*. Barra do Bugres: UNEMAT, 2002.
- ALVARENGA, B.M. A física. Scipione. ASIMOV, Isaac. *A medida do Universo*. Editora Francisco Alves, 1985. *No mundo dos Números*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- ATKINS, P. W. *Físico- Química*. São Paulo: LTC, 1999. BARNES. R.D. *Zoologia dos invertebrados*. São Paulo, 1984.
- BERTOLDI, Odete Gasparello; VASCONSELLOS, Jacqueline Rauter de. *Ciências Sociedade 5ª Série*. São Paulo: Editora Scipione, 2001.
- BERTOLDI, Odete Gasparello; VASCONSELLOS, Jacqueline Rauter de. *Ciências Sociedade 6ª Série*. São Paulo: Editora Scipione, 2001.
- BERTOLDI, Odete Gasparello; VASCONSELLOS, Jacqueline Rauter de. *Ciências Sociedade 7ª Série*. São Paulo: Editora Scipione, 2001.
- BERTOLDI, Odete Gasparello; VASCONSELLOS, Jacqueline Rauter de. *Ciências Sociedade 8ª Série*. São Paulo: Editora Scipione, 2001.
- BICUDO, Maria Aparecida Viggiani (Org). *Educação matemática*. São Paulo: Centauro, 2005.
- BIGODE, Antônio José Lopes. *Matemática Hoje é Feita Assim – 8ª série*. São Paulo: FTD, 2000.
- CHRISPINO, Álvaro. *Manual de química experimental*. Ática, São Paulo, 1994. D'AMBROSIO, U. *Etnomatemática: Arte ou Técnica de Explicar e Conhecer*. São Paulo, Editora Ática, 1993.
- D'AMORE, BRUNO. *Epistemologia e Didática da Matemática*. Editora Escrituras, 2005.
- DANTE, LUIZ ROBERTO. *Didática da Resolução de Problemas de Matemática*. Editora Ática, 1998.
- FERREIRA, Mariana Kawall Leal. *Idéias Matemáticas de Povos Culturalmente Distintos*. Editora: GLOBAL EDITORA. São Paulo, 2002.
- FOSCHINI, Julio Cezar; D'AMBROSIO, Angélica. *Unidades Moleculares*. Editora Hamburgo, 1982.
- GRIBBIN, John. *Gênese: As Origens do Homem e do Universo*. Editora Câmpus, 1995.
- HEWITT, P.G. *Física Conceitual*. Porto Alegre, 2002.
- IMENES, L.M; JAKUBOVIC, José; LELLIS, M.C. *Novo tempo – Ensino Fundamental 1ª série*. 2.ed. São Paulo. Editora Scipione, 2003.
- IMENES, L.M; JAKUBOVIC, José; LELLIS, M.C. *Novo tempo – Ensino Fundamental 2ª série*. 2.ed. São Paulo. Editora Scipione, 2003.
- IMENES, L.M; JAKUBOVIC, José; LELLIS, M.C. *Novo tempo – Ensino Fundamental 3ª série*. 2.ed. São Paulo. Editora Scipione, 2003.
- IMENES, L.M; JAKUBOVIC, José; LELLIS, M.C. *Novo tempo – Ensino Fundamental 4ª série*. 2.ed. São Paulo. Editora Scipione, 2003.
- IMENES, L. M.; LELLIS, M. C. *Matemática - 5a. a 8a. série*. São Paulo: Scipione. IMENES, L.M.; LELLIS, M. C. *Matemática Conceitos e História – 5a. a 8a. série*. São Paulo: Scipione.
- IMENES, L. M.; LELLIS, M. C.; JAKUBO, J. *Pra que serve a Matemática?*. São Paulo: Atual Editora.
- IMENES, L. M.; LELLIS, M. C.; JAKUBO, J. *Vivendo a Matemática*. Paradidático. São Paulo: Scipione.
- INDÍGENA, 3º Grau. *Apostila para a II Etapa de Estudos Presenciais do Projeto 3º Grau Indígena*. Barra do Bugres: UNEMAT, Janeiro de 2002.
- JUNQUEIRA, L.C. et al. *Biologia celular e molecular*. Rio de Janeiro, 1990.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *As leis e a educação escolar indígena*. Programa Parâmetros em Ação – Educação Escolar Indígena. Brasília: SEF, 2002.
- MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. *Experiências e Desafios na Formação de Professores Indígenas no Brasil*. EM ABERTO. Brasília: INEP, 2003.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Referenciais de formação de professores*. Brasília: SEF, 1999.
- PARRA, Cecília. *Didática da Matemática*. Editora Artmed, 1996.
- SILVA, Adailton Alves da. *A Geometria na construção da Takãra*. Monografia de Graduação. Unemat, 1997.
- VERGANE, Tereza. *Matemática e Linguagem*. Editora Pandora. Portugal, 2002. OLIVEIRA, R.



BASE COMUM DAS ÁREAS POR SEMESTRE
ETAPA DE FORMAÇÃO GERAL

Os quatro primeiros semestres compõem a "Etapa de Formação Geral", os quadros e as ementas a eles referentes são comuns a todos/as discentes das três áreas de terminalidade/habilitação. Já os quatro últimos semestres serão divididos de acordo com as três áreas.

1º SEMESTRE		
TEMÁTICA	COMPONENTES CURRICULARES	CH
GÊNESE	Vivências e Concepções no Uso do Meio Ambiente	60h
	Língua Portuguesa I: Políticas Linguísticas	60h
	Literatura	60h
	Leitura e Produção de Texto I	60h
	Estágio Supervisionado I	60h
	Estudos Cooperados de Ensino e Pesquisa I (Etapa Intermediária / Tempo Aldeia)	120h
	TOTAL HORAS AULA	420h

As Etapas intermediárias de Estudos Cooperados de Ensino e Pesquisa e as atividades de Estágio Supervisionado, acadêmicas e acadêmicas observarão mais atentamente a situação de suas comunidades e de suas escolas a fim de construir um levantamento da situação de cada povo. As ementas dos componentes oferecidos presencialmente no 1º Semestre são:

VIVÊNCIAS E CONCEPÇÕES NO USO DO MEIO AMBIENTE. 60H (T-3; P-1)

Ementa: As origens do Universo, da Terra, da vida, do homem e do conhecimento; as construções explicativas (mitos e cosmologias); diversidade/evolução das espécies vivas; análises sobre a capacidade que o ser humano tem de produzir conhecimentos (cultura-ciência tecnologia), de promover transformações e de transformar-se.

Ementa Específica: Sob o olhar da ciência e da cultura: Desafios da humanidade no século 21; natureza; ambiente, meio ambiente; recursos ambientais e recursos naturais; origem da vida.

LÍNGUA PORTUGUESA I: POLÍTICAS LINGUÍSTICAS. 60H (T-3; P-1)

Ementa: A comunicação do homem: a estruturação da fala humana; comunicação não-verbal: a música, arte e artesanato; as representações corporais: pintura, dança, encenações; a força da tradição oral.

Ementa Específica: Linguagem. Língua. Escrita. Políticas Linguísticas.

LITERATURA. 60H (T-3; P-1)

Ementa LAL: A escrita como forma de comunicação hegemônica nas sociedades modernas; a linguagem da argumentação e do conflito; a escrita como arma na defesa territorial. A linguagem legal: análise de alguns textos legais de interesse dos índios; educação bilíngue para quem e para quem?; a produção literária sobre o "índio" brasileiro; apreciação de alguns textos produzidos por professores indígenas de Mato Grosso. A poesia das águas como metáfora; as linguagens: musical, poética, técnica, acadêmica e burocrática; interpretação de textos poéticos e técnicos; produção de materiais didáticos com texto e desenhos; produção e reprodução de poesias e músicas indígenas.

Ementa Específica: Reflexão sobre a linguagem tanto para as culturas ocidentalizadas, quanto para as culturas indígenas. A importância da escrita para as culturas/sociedades não indígenas e indígenas. A língua escrita como instrumento normatizador, legitimação e poder. A literatura pelo



pensamento ocidental, a representação do indígena a construção do cânone. A literatura pelo pensamento indígena brasileiro, infiltrando no cânone. A interpretação de textos poéticos e técnicos; produção de materiais didáticos-literários por meio de textos e desenhos; produção e reprodução de poesias e músicas indígenas.

LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO I. 60H (T-3; P-1)

Ementa: Pluralidade cultural e representações sociais; a palavra como unidade de fala; unidades de decomposição da palavra: fonemas, sílabas, radicais, afixos; os elementos básicos da construção de um texto oral e escrito (coesão, coerência e progressão); relação entre autor, leitor, texto e prática social; textos didáticos resultantes das descrições de eventos; o corpo humano como espaço de representação: coreografias.

Ementa Específica: Escrita e reescrita de texto acadêmico: resumo expandido.

2º SEMESTRE		
TEMÁTICA	COMPONENTES CURRICULARES	CH
TEMPO	Meio ambiente, Sociedade e Desenvolvimento	60h
	Educação e Ambiente	60h
	Educação e Saúde	60h
	História e Temporalidade	60h
	Legislação Educacional e Gestão Escolar Intercultural	60h
	Estágio Supervisionado II	60h
	Estudos Cooperados de Ensino e Pesquisa II (Etapa Intermediária / Tempo Aldeia)	120h
	TOTAL HORAS AULA	480h

MEIO AMBIENTE, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO. 60H (T-3; P-1)

Ementa: Tempos absoluto e relativo; a organização do tempo por diferentes civilizações; os movimentos de corpos celestes (movimentos da Terra, da lua e de outros Astros); diferentes medidas para o tempo: tempo cósmico (ano luz), tempo geológico, período de vida de diferentes espécies; relações espaços-temporais e as transformações da natureza; energia, entropia e processos reversíveis e irreversíveis; ritmos biológicos; transformações no ambiente.

Ementa Específica: Relações individuais e sociais com o meio ambiente: percepções das alterações ambientais ao longo do tempo.

EDUCAÇÃO E AMBIENTE. 60H (T-3; P-1)

Ementa: Responsabilidade social do professor; o uso social da ciência; as Ciências Matemáticas e da Natureza e as relações de poder; os recursos naturais como fontes de autonomia das sociedades; a relação entre economia e recursos naturais; tecnologia, ciência e luta por autonomia. Levantamento de temas de estudo para o segundo ciclo do curso.

Ementa Específica: Concepções acerca da educação e ambiente no âmbito formal e não formal. Estudo de programas e estratégias de ações com vistas a importância da conservação e preservação dos recursos naturais, manejo ambiental e uso da terra pelas diferentes sociedades. A prática da educação ambiental na escola. Impactos ambientais gerados pelo ser humano. Políticas públicas e as demandas socioambientais. Alternativas para o uso sustentável dos recursos naturais: o papel da escola.

EDUCAÇÃO E SAÚDE. 60H (T-3; P-1)

Ementa: Conceitos gerais de genética; genética humana; dispositivos que facilitam o trabalho do homem: máquinas, instrumentos de medição, transportes, conservação de alimentos, instrumentos utilizados para a saúde; análises da organização dos grupos humanos no espaço físico e social; relações entre a ocupação do espaço e as formas de distribuição de conhecimentos, bens e serviços derivados do desenvolvimento do conhecimento; implicações dos avanços das tecnologias no contexto físico e social; problemas ambientais da sociedade



contemporânea. O homem como agente geológico; aproveitamentos de energéticos; aplicação das ondas eletromagnéticas; o uso do calor nas atividades humanas; a trajetória da luz e do som no corpo humano; a interação entre o meio biótico e abiótico e das espécies vivas entre si; transformações físicas, químicas no ambiente ocorridas naturalmente e/ou pela ação humana; manejo diário do ambiente pelos grupos sociais humanos; necessidades básicas do ser humano (moradia, alimentação, saneamento básico, trabalho, vestuário, saúde, lazer etc.).

Ementa Específica: Educação em saúde: conceitos, importância, princípios, ações e objetivos. Papel do profissional da educação na saúde da população. Políticas públicas em educação e saúde, em especial as voltadas à questão da prevenção e tratamento dos transtornos associados ao consumo do álcool e de outras drogas. Planejamento de programas de educação em saúde.

HISTÓRIA E TEMPORALIDADE. 60H (T-3; P-1)

Ementa: As diferentes noções de tempo nas sociedades; história e desenvolvimento do pensamento científico das diferentes correntes produtoras de conhecimento ao longo dos séculos; os sentidos de tempo que presidem as teorias da história; os mais recentes campos de investigação da história, seus objetos e modelos; a importância do documento e da oralidade para o trabalho da reconstituição do passado (historiografia).

Ementa Específica: Conhecimentos tradicionais e diferentes concepções de tempo ao longo da História; Importância dos conhecimentos prévios para a compreensão do presente; Relação entre presente e passado; O significado dos diferentes sujeitos da história para o registro da memória; As fontes históricas.

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL E GESTÃO ESCOLAR INTERCULTURAL. 60H (T-3; P-1)

Ementa: A heterogeneidade das formas de existência sociocultural; classe e estratificação social; relações capitalistas e não capitalistas de produção; a divisão teórica e social do trabalho, modos de produção e formações econômico-sociais; análise espacial, geopolítica, econômica e demográfica; distribuição da população mundial e seus contrastes (crescimento populacional). A cultura material nas diferentes sociedades; as diferentes formas da utilização e concepção de trabalho pelas sociedades; as formas de poder e representação social; análise quantitativa e qualitativa da população e sua influência na organização do espaço; relação sociedade/natureza; compreensão das relações no espaço doméstico.

Ementa Específica: Sentidos filosófico e pedagógico do conceito de Educação Escolar Indígena na história, no ensino e na política de educação; Os Territórios Etnoeducacionais: na política, na gestão e no pedagógico.

3º SEMESTRE		
TEMÁTICA	COMPONENTES CURRICULARES	CH
ESPAÇO	Fundamentos da Educação Escolar Indígena	60h
	Informática	60h
	Etnomatemática e Práticas Pedagógicas	60h
	Etnociência e Práticas Pedagógicas	60h
	Didática Intercultural	60h
	Estágio Supervisionado III	60h
	Estudos Cooperados de Ensino e Pesquisa III (Etapa Intermediária / Tempo Aldeia)	120h
	TOTAL HORAS AULA	480h

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA. 60H (T-3; P-1)

Ementa Específica: A diversidade étnica e cultural na produção social do espaço; ação do homem na construção e definição dos espaços; territorialidade e Nação; as diferenças climáticas como conjunto de interações entre a atmosfera e a superfície terrestre; as formas de relevo a partir da relação entre processo, estrutura e forma como elementos fundamentais do sistema



geomorfológico a produção do espaço urbano e Rural.

INFORMÁTICA. 60H (T-2; P-2)

Ementa: Evolução da vida no tempo e no espaço; limites da percepção dos sentidos humanos; ondas, gravidade, luz, calor, som, eletricidade e magnetismo; sistemas de padronização de medidas; forças do universo; a organização da matéria em nível de macrocosmo (Terra, Sistema Solar, Via-Láctea, Universo); campo gravitacional e magnético da Terra; ocupação do espaço terrestre pelas espécies vivas, de acordo com a capacidade adaptativa das mesmas; distribuição da espécie humana sobre a Terra; impactos da ocupação humana no ambiente físico e social; a organização da matéria em nível de microcosmo (estrutura atômica e molecular).

Ementa Específica: As TICs (Tecnologias da Informação e da Comunicação) e as contribuições de seu uso no âmbito educacional. O uso da informática como um recurso administrativo-pedagógico. Noções básicas de informática.

ETNOMATEMÁTICA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS. 60H (T-2; P-2)

Ementa: Evolução da vida no tempo e no espaço; limites da percepção dos sentidos humanos; ondas, gravidade, luz, calor, som, eletricidade e magnetismo; sistemas de padronização de medidas; forças do universo; a organização da matéria em nível de macrocosmo (Terra, Sistema Solar, Via-Láctea, Universo); campo gravitacional e magnético da Terra; ocupação do espaço terrestre pelas espécies vivas, de acordo com a capacidade adaptativa das mesmas; distribuição da espécie humana sobre a Terra; impactos da ocupação humana no ambiente físico e social; a organização da matéria em nível de microcosmo (estrutura atômica e molecular).

Ementa Específica: Dimensões da Etnomatemática, suas relações com a Educação Escolar Indígena e com os sistemas de medidas.

ETNOCIÊNCIA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS. 60H (T-3; P-1)

Ementa: Conceitos gerais de genética; genética humana; dispositivos que facilitam o trabalho do homem: máquinas, instrumentos de medição, transportes, conservação de alimentos, instrumentos utilizados para a saúde; análises da organização dos grupos humanos no espaço físico e social; relações entre a ocupação do espaço e as formas de distribuição de conhecimentos,

DIDÁTICA INTERCULTURAL. 60H (T-3; P-1)

Ementa Específica: Bases teóricas e práticas do trabalho docente. Questões fundamentais da didática intercultural: Contextos culturais; dialogicidade; seleção de temáticas/conteúdos de aprendizagem; organização; metodologia progressista. Criação de espaço de múltiplas narrativas e de descolonização, dialogicidade entre o saber cultural e o saber científico. A multidisciplinaridade da Didática. O planejamento de ensino como vivência Pedagógica.

4º SEMESTRE		
TEMÁTICA	COMPONENTES CURRICULARES	CH
ESPAÇO	Leitura e Produção de Texto II	60h
	Metodologia da Pesquisa	60h
	LIBRAS	60h
	Educação Física	60h
	Estágio Supervisionado IV	60h
	Estudos Cooperados de Ensino e Pesquisa IV (Etapa Intermediária / Tempo Aldeia)	120h
	TOTAL HORAS AULA	480h

LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO II. 60H (T-3; P-1)



Ementa: A cultura como expressão das sociedades; o registro e o incentivo às manifestações culturais dos povos indígenas de Mato Grosso; clássicos da produção literária no Brasil e na América Latina; algumas técnicas e recursos para a produção literária; linguagem formal e elaboração de documentos; registro de evento sem poesia e em prosa. O discurso em seus diferentes contextos sociais: familiar, escolar, coloquial, público, ritual etc.; a construção do discurso: palavras, frases, períodos e parágrafos; a comunicação no cotidiano das culturas: mídia e imagística; literatura indígena como forma de registro do cotidiano; o artesanato como expressão de arte indígena; produção de pequenas peças teatrais sobre o cotidiano indígena.

Ementa Específica: Estudo teórico e prático da leitura e da produção de textos: do plano textual ao discursivo em seus diferentes contextos com ênfase à cultura e literatura voltadas aos povos indígenas de Mato Grosso, bem como à linguagem formal e informal e a reescrita de resumos expandidos e artigos com coesão, coerência e normas científicas.

METODOLOGIA DA PESQUISA. 60H (T-3; P-1)

Ementa Específica: Diferentes tipos de conhecimento: teológico, filosófico, científico e empírico. Introdução ao conhecimento científico com abordagem a soluções de problemas nas áreas das licenciaturas. Etnociência e educação escolar indígena. Principais diferenças entre pesquisas quantitativas e qualitativas. Elaboração e desenvolvimento do plano da pesquisa - pré- projeto.

LIBRAS. 60h (T-2; P-2)

Ementa: A cultura como expressão das sociedades; o registro e o incentivo às manifestações culturais dos povos indígenas de Mato Grosso; clássicos da produção literária no Brasil e na América Latina; algumas técnicas e recursos para a produção literária; linguagem formal e elaboração de documentos; registro de evento sem poesia e em prosa. O discurso em seus diferentes contextos sociais: familiar, escolar, coloquial, público, ritual etc.; a construção do discurso: palavras, frases, períodos e parágrafos; a comunicação no cotidiano das culturas: mídia e imagística; literatura indígena como forma de registro do cotidiano; o artesanato como expressão de arte indígena; produção de pequenas peças teatrais sobre o cotidiano indígena.

Ementa Específica: Desenvolvimento de habilidades e estratégias para sinalização/prática/uso em Libras. História da educação de surdos e da Língua Brasileira de Sinais. Cultura surda. Gramatização da Língua Brasileira de Sinais: dicionários e gramática. Aspectos fonológico, morfológico, sintático, semântico, pragmático e discursivo da Língua Brasileira de Sinais. Literatura surda.

EDUCAÇÃO FÍSICA. 60H (T-3; P-1)

Ementa: O domínio da escrita e da leitura e a "preservação" linguística e cultural como formas de autonomia. O mercado consumidor como definidor de linguagens; artesanato tradicional versus comercial; festas tradicionais versus representações folclóricas; o turismo como elemento definidor de manifestações culturais e de organização tempo-espacial; mídia e outras formas de divulgação de produtos culturais; utilização e domínio das línguas portuguesa e de cada sociedade indígena; apreciação de alguns textos produzidos por líderes indígenas do Brasil e da América. Levantamento de temas de estudo para o segundo ciclo do curso.

Ementa Específica: Compreensão da Educação Física como possibilitadora de vivências de leitura, produção de textos, expressividade e socialização que possam ser utilizadas por professores de qualquer área de formação. Explicitação do esporte como expressão de cultura e suas implicações para os processos de ensino-aprendizagem de modalidades esportivas coletivas convencionais ou não. Reflexão sobre a recreação como atividade cultural, social, política e pedagógica. Experimentação e participação em situações concretas de processos de organização de um evento esportivo.



ÁREA DE CIÊNCIAS MATEMÁTICA E DA NATUREZA (CMN)

5º SEMESTRE		
TEMÁTICA	COMPONENTES CURRICULARES	CH
Específicas	Etnobiologia e as Práticas Culturais Indígenas	60h
	Etnomatemática e Ensino	60h
	Etnociências e Ensino	60h
	Química	60h
	Física	60h
	Estágio Supervisionado V	60h
	Estudos Cooperados de Ensino e Pesquisa V (Etapa Intermediária / Tempo Aldeia)	120h
	TOTAL HORAS AULA	480h

ETNOBIOLOGIA E AS PRÁTICAS CULTURAIS INDÍGENAS. 60H (T-2; P-2)

Ementa: Estudo da Etnobiologia e de suas áreas correlatas como etnobotânica, etnozootologia e etnoecologia com ênfase nos conceitos, características e exemplificações sob o olhar científico; Implicações da Etnobiologia nas práticas culturais indígenas com contribuições para a formação de professores de ciências matemáticas e da natureza; Investigação dos conhecimentos e práticas culturais dos/das estudantes e de seu povo, com destaque na produção de recursos didáticos para o diálogo intercultural com a ciência acadêmica.

ETNOMATEMÁTICA E ENSINO. 60H (T-2; P-2)

Ementa: Etnomatemática, conceito, origem, contextualização; O conhecimento matemático do cotidiano; Os processos mentais básicos e a Etnomatemática; O Programa de Pesquisa Etnomatemática e o olhar para os saberes e fazeres locais; As Técnicas e Tecnologias produzidas em diferentes contextos culturais; A aprendizagem matemática e a aprendizagem na vida.

ETNOCIÊNCIA E ENSINO. 60H (T-2; P-2)

Ementa: Como fazer ciência. A evolução da ciência ao longo dos anos. Habilidades de um cientista. A importância da etnociência. Os mais diversos saberes indígenas. O contexto da ciência matemática e da natureza dentro da realidade indígena. Como a ciência possibilita o desenvolvimento de novas tecnologias. O impacto das tecnologias no nosso dia a dia. Tecnologias indígenas. Interferência da tecnologia no cotidiano indígena com o passar do tempo. Problemas ambientais. Conscientização ambiental. Mudanças do meio ambiente indígena e o impacto no modo de vida. Práticas científicas indígenas e contextualização das teorias dentro dos experimentos culturais. Explicando as ciências naturais por trás dos fenômenos naturais corriqueiros nas aldeias. Trabalhando a ciência de forma lúdica, ativa e participativa.

QUÍMICA. 60H (T-2; P-2)

Ementa: Aprofundamento de temas abordados nos estudos de etnociência relacionados à química; práticas de laboratório.

FÍSICA I. 60H (T-3; P-1)

Ementa: Estudo de temas com enfoque na física do cotidiano relacionando saberes ocidentalizados e saberes indígenas.



6º SEMESTRE		
TEMÁTICA	COMPONENTES CURRICULARES	CH
Específicas	Matemática I	60h
	Práticas Científicas para o Ensino de Etnociências no Ensino Médio	60h
	Práticas de Ciências no Ensino Fundamental	60h
	Matemática Financeira	60h
	Estágio Supervisionado VI	60h
	Estudos Cooperados de Ensino e Pesquisa VI (Etapa Intermediária / Tempo Aldeia)	120h
	TOTAL HORAS AULA	420h

MATEMÁTICA I. 60H (T-3; P-1)

Ementa: Estudo de temas com enfoque matemático relacionando saberes ocidentalizados e saberes indígenas na formulação/resolução de problemas e descrição de dados considerando as práticas matemáticas.

PRÁTICAS CIENTÍFICAS PARA O ENSINO DE ETNOCIÊNCIAS NO ENSINO MÉDIO. 60H (T-2; P-2)

Ementa: Introdução a práticas científicas: a importância da observação; Conceitos iniciais de microbiologia; Processos bioquímicos através de fermentações e compostagem; Os diferentes tipos de energia e a eletroquímica; Pilhas como dispositivos para produção de energia; Importância de estudar ácidos e bases; Substâncias indicadoras naturais; Propriedades físicas da matéria; Misturas homogêneas e heterogêneas; Solubilidade de substâncias; Densidade de substâncias.

PRÁTICAS DE CIÊNCIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL. 60H (T-2; P-2)

Ementa: Reflexão sobre a abordagem prática de eixos temáticos dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de ciências e sua relação com os saberes indígenas.

MATEMÁTICA FINANCEIRA. 60H (T-2; P-2)

Ementa: Juros após vencimento, comprar a vista ou a prazo. Planilhas de custos, economia na mídia; Semelhança de figuras; Regra de três. Propiciar situações de resolução de problemas cotidianos de juros e taxas em situações variadas no contexto da comunidade indígena na relação com a sociedade capitalista, bem como outras situações problema que envolva conceitos de razão e proporção.

7º SEMESTRE		
TEMÁTICA	COMPONENTES CURRICULARES	CH
Específica	Biologia I	60h
	Matemática II	60h
	TCC I - Projeto	60h
	Estágio Supervisionado VII	60h
	TOTAL HORAS AULA	240h

BIOLOGIA I - CONSTRUINDO SABERES EM BOTÂNICA. 60H (T-3; P-1)

Ementa: Os diversos grupos de plantas no tempo e no espaço. Conceito de espécie biológica e taxonômica. Classificação de plantas. Técnicas de coletas e preservação de plantas. Morfologia de plantas com flores. Etnoflora: Morfologia, taxonomia e suas relações como saberes de cada povo. O ensino de botânica na Educação Básica de acordo com os saberes indígenas.

MATEMÁTICA II. 60H (T-3; P-1)



Ementa: Estudo de temas com enfoque matemático relacionando saberes ocidentalizados e saberes indígenas na formulação/resolução de problemas e descrição de dados considerando as práticas matemáticas.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC I.

Ementa: Etnoconhecimentos e a pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso. Levantamento dos fatores contextuais que envolvem a pesquisa de acadêmicos e acadêmicas. Especificidades da pesquisa qualitativa e a sua utilização no tratamento de temáticas relevantes das escolas e da comunidade em geral nas aldeias. Explicitação do tema, do problema, da justificativa, do objetivo e da metodologia da pesquisa.

8º SEMESTRE		
TEMÁTICA	COMPONENTES CURRICULARES	CH
Específica	Biologia II	60h
	Modelagem Matemática	60h
	Segurança Alimentar	60h
	TCC II - Pesquisa	60h
	TOTAL HORAS AULA	240h

BIOLOGIA II. 60H (T-3; P-1)

Ementa: Estudo de temas com enfoque biológico relacionando saberes ocidentalizados e saberes indígenas sobre corpo humano, saúde e doenças.

MODELAGEM MATEMÁTICA. 60H (T-2; P-2)

Ementa: Definição da modelagem matemática. Características e instrumentos utilizados na modelagem matemática voltadas ao dia a dia (cotidiano). A modelagem matemática como prática social. Articulação do ensino de matemática com outras áreas do conhecimento e com a realidade das escolas indígenas: algumas aplicações nas ciências humanas, biológicas e exatas. A modelagem campo de pesquisa na Educação Matemática.

SEGURANÇA ALIMENTAR. 60H (T-3; P-1)

Ementa: Estudo de temas relacionados à Educação Nutricional e à Segurança Alimentar que explicitem a importância da soberania alimentar e preservação do ecossistema para o fortalecimento da saúde humana, principalmente dos povos ancestrais do Brasil.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC II

Ementa: Aspectos da fundamentação teórica e da produção de dados; o/a consultor/a nativo/a e saberes ancestrais.

ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (CS)

5º SEMESTRE		
TEMÁTICA	COMPONENTES CURRICULARES	CH
Específicas	História, Historiografia e Etnoconhecimentos	60h
	História do Brasil: Colônia, Império e República	60h
	Antropologia	60h
	Sociologia	60h
	Estudos Cooperados V	60h
	Estágio Supervisionado V	120h
	TOTAL HORAS AULA	420h



HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E ETNOCONHECIMENTOS. 60H (T-2; P-2)

Ementa: Estudo das relações entre História, Historiografia e Etnoconhecimentos. A inserção da produção historiográfica recente no quadro da historiografia brasileira e as novas temáticas para o ensino da História como: alimentação, cultura, corpo, ciência e tecnologia.

HISTÓRIA DO BRASIL: COLÔNIA, IMPÉRIO E REPÚBLICA. 60H (T-2; P-2)

Ementa: Estudo da História do Brasil Colônia e Império em perspectiva decolonial, em que o(a) acadêmico(a) perceba a história do seu povo e sua história de vida como marca de resistência. A presença indígena, africana e portuguesa no movimento da colonização do Brasil e na formação do Império brasileiro.

ANTROPOLOGIA. 60H (T-2; P-2)

Ementa: O campo da Antropologia: surgimento, desenvolvimento, conceitos e métodos fundamentais. A etnologia indígena. Perspectivas teóricas para o estudo dos povos indígenas. Interculturalidade e educação.

SOCIOLOGIA. 60H (T-3; P-1)

Ementa: Conceito, objeto e método da Ciência Política. Sociedade: origens, elementos, finalidade, poder social. Estado: origens, tipos de Estado, soberania, território, povo e população, finalidade e funções do Estado, poder do Estado, conceito de Estado. Estado e Governo: democracia direta, semidireta e representativa, representação política, o sufrágio, sistemas eleitorais, separação de poderes. Formas de Estado, Formas de Governo. Sistemas de Governo. Problemas do Estado contemporâneo. Os Partidos Políticos. Sistemas de Partidos. O Partido Político no Brasil.

6º SEMESTRE		
TEMÁTICA	COMPONENTES CURRICULARES	CH
Específicas	Geografia do Brasil	60h
	História do Brasil: Redemocratização	60h
	Geografia: Espaço Geográfico e a Transformação da Paisagem	60h
	Filosofia da Educação Intercultural e Etnoconhecimento	60h
	Estágio Supervisionado VI	60h
	Estudos Cooperados VI	120h
	TOTAL HORAS AULA	420h

GEOGRAFIA DO BRASIL. 60H (T-2; P-2)

Ementa: Estudo da geografia em perspectiva decolonial destacando a presença indígena, a relação dos povos originários com os diferentes ambientes e as principais ameaças a que estão expostos.

HISTÓRIA DO BRASIL: REDEMOCRATIZAÇÃO. 60H (T-2; P-2)

Ementa: Estudo da História do Brasil pós-1965 em perspectiva decolonial, em que o(a) acadêmico(a) perceba a história do seu povo e sua história de vida como marca de resistência.

GEOGRAFIA: ESPAÇO GEOGRÁFICO E TRANSFORMAÇÃO DAS PAISAGENS. 60H (T-2; P-2)

Ementa: O estudo do Espaço Geográfico a partir da relação Sociedade- Natureza focalizando a compreensão conceitual de paisagem, território, regionalização e práticas de representação gráfica dos elementos físicos e dos fenômenos sociais em escala local e regional.

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E ETNOCONHECIMENTO. 60H (T-2; P-2)



Ementa: Autonomia e emancipação como conceitos fundamentais à Filosofia da Educação numa perspectiva intercultural; A complexa questão da educação escolar indígena: da base legal ao currículo; discussão filosófica sobre os conceitos de mito erituais de passagem: ensinamentos exemplares.

7º SEMESTRE		
TEMÁTICA	COMPONENTES CURRICULARES	CH
Específica	Mato Grosso: Aspectos Históricose Geográficos	60h
	Metodologia de Ensino de Históriae Etnoconhecimentos	60h
	Metodologia do Ensino deGeografia	60h
	TCC I - Projeto	60h
	Estágio Supervisionado VII	60h
	TOTAL HORAS AULA	300h

MATO GROSSO: ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS. 60H (T-2; P-2)

Ementa: Estudo da constituição histórica e geográfica do estado deMato Grosso e suas implicações para os povos indígenas.

METODOLOGIA DE ENSINO DE HISTÓRIA E ETNOCONHECIMENTOS. 60H (T-2; P-2)

Ementa: Discussão sobre os diferentes modos como os conteúdos de história para a Educação Básica são apresentados a estudantes sob diferentes fontes históricas escritas ou não escritas.

METODOLOGIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA. 60H (T-2; P-2)

Ementa: A Geografia e seu objeto de estudo. Fundamentos teórico- metodológicos para o ensino de geografia. Ensino de geografia e repercussões na sociedade. As categorias Paisagem, Lugar, Território e Região e Ensino de Geografia. Sistemas de localização e representação do espaço. A cartografia e a leitura do mundo em Geografia. Possibilidades metodológicas para o ensino de Geografia na Educação indígena: o olhar sobre o livro didático e a questão do trabalho de campo.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC I.

Ementa: Etnoconhecimentos e a pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso. Levantamento dos fatores contextuais que envolvem a pesquisa de acadêmicos e acadêmicas. Especificidades da pesquisa qualitativa e a sua utilização no tratamento de temáticas relevantes das escolas e da comunidade em geral nas aldeias. Explicitação do tema, do problema, da justificativa, do objetivo e da metodologia da pesquisa.

8º SEMESTRE		
TEMÁTICA	COMPONENTES CURRICULARES	CH
Específica	História Indígena e Afrobrasileira	60h
	Geografia: Produção de Saberes	60h
	Nutrição e Segurança Alimentar	60h
	TCC II - Pesquisa	60h
	TOTAL HORAS AULA	240h

HISTÓRIA INDÍGENA E AFROBRASILEIRA. 60H (T-2; P-2)

Ementa: A formação cultural brasileira em perspectiva decolonial: história e memória dos povos afro-brasileiros e indígenas. As diversidades culturais, principalmente em Mato Grosso, delineadas por meio das singularidades nas línguas,nas religiões, nos símbolos, nas artes e nas literaturas.

GEOGRAFIA: PRODUÇÃO DE SABERES. 60H (T-2; P-2)

Ementa: Mãe Terra: Origem, expansão e colonialismo. Colonialismo nas terras brasileiras.



Colonialismo nas terras mato-grossenses. Territórios indígenas, sobrevivência e cuidado com a mãe terra.

NUTRIÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR. 60H (T-3; P-1)

Ementa: Estudo de temas relacionados à Educação Nutricional e à Segurança Alimentar que explicitem a importância da soberania alimentar e preservação do ecossistema para o fortalecimento da saúde humana, principalmente dos povos ancestrais do Brasil.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC II

Ementa: Aspectos da fundamentação teórica e da produção de dados; o/a consultor/a nativo/a e saberes ancestrais.

ÁREA DE LÍNGUAS, ARTES E LITERATURAS (LAL)

5º SEMESTRE		
TEMÁTICA	COMPONENTES CURRICULARES	CH
	Introdução aos Estudos da Linguagem	60h
	Linguagens e Letramentos	60h
	Fonética e Fonologia	60h
	Morfossintaxe I	60h
	Estudos Cooperados V	60h
	Estágio Supervisionado V	120h
	TOTAL HORAS AULA	420h

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DA LINGUAGEM. 60H (T-3; P-1)

Ementa: Funções da linguagem; linguagem e língua, universalidade da linguagem, propriedades das línguas naturais; oralidade, escrita e ensino.

LINGUAGENS E LETRAMENTOS. 60H (T-3; P-1)

Ementa: Letramento(s) como práticas plurais; multimodalidade; modelos autônomo e ideológico de letramento; evento e prática de letramento; letramento situado e global.

FONÉTICA E FONOLOGIA. 60H (T-3; P-1)

Ementa: Fonética e Fonologia: definições e relações. Fonética articulatória. Descrição da fonologia do português. A estrutura silábica e o acento em português; modelos de análise fonológica. Fenômenos linguísticos do português brasileiro. Fonética e Fonologia e sua relação com o ensino de línguas.

MORFOSSINTAXE I. 60H (T-3; P-1)

Ementa PREVISTA: Conceito de morfossintaxe e interfaces morfologia / sintaxe. Os critérios morfológico, sintático e semântico e as classes de palavras em português. Classificação morfossintática: critérios e problemas.

6º SEMESTRE		
TEMÁTICA	COMPONENTES CURRICULARES	CH
Específicas	Línguas Indígenas	60h
	Literatura Indígena	60h
	Produção de Textos II	60h
	Morfossintaxe II	60h
	Estágio Supervisionado VI	60h
	Estudos Cooperados VI	120h



TOTAL HORAS AULA

420h

LÍNGUAS INDÍGENAS. 60H (T-3; P-1)

Ementa: Línguas Indígenas faladas no Brasil (Mato Grosso): apontamentos a respeito da classificação e distribuição. Conhecimento do desenvolvimento histórico das línguas indígenas brasileiras e as situações de contatolinguístico. Acadêmicos(as) indígenas e os métodos de trabalho de campo para o estudo de línguas indígenas.

LITERATURA INDÍGENA. 60H (T-3; P-1)

Ementa: Introdução às teorias da literatura indígena. Leitura e Análise de textos e publicações de autoria indígena.

MORFOSSINTAXE II. 60H (T-3; P-1)

Ementa PREVISTA: Estudo de funções sintáticas e estrutura oracional, a partir da composição de sintagmas e das relações textuais.

7º SEMESTRE		
TEMÁTICA	COMPONENTES CURRICULARES	CH
Específica	Leitura: Teoria e Prática	60h
	Escrita: teoria e prática	60h
	Gramática, Texto e Ensino	60h
	Teoria Literária	60h
	TCC I - Projeto	60h
	Estágio Supervisionado VII	60h
	TOTAL HORAS AULA	240h

LEITURA: TEORIA E PRÁTICA. 60H (T-3; P-1)

Ementa: Reflexão sobre o ensino de língua nas escolas indígenas e os documentos oficiais. A leitura: definições, concepções, etapas e estratégias. A formação de leitores.

ESCRITA: TEORIA E PRÁTICA. 60H (T-3; P-1)

Ementa: Reflexões sobre a escrita, as estratégias de produção textual e o ensino.

GRAMÁTICA, TEXTO E ENSINO. 60H (T-3; P-1)

Ementa: Língua e linguagem no cotidiano e nas práticas pedagógicas; Concepções de linguagem e de gramática no ensino de línguas. Análise de concepções de linguagem em propostas didáticas.

TEORIA LITERÁRIA I. 60H (T-3; P-1)

Ementa: Estudo crítico das noções de literatura, estética e gêneros literários proporcionando diálogos interculturais, nas interrelações, diferenças entre os conhecimentos ocidentais e os conhecimentos indígenas; foco na leitura e nas estruturas, características de textos líricos (poemas, músicas) e narrativos (contos, crônicas).

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC I.

Ementa: Etnoconhecimentos e a pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso. Levantamento dos fatores contextuais que envolvem a pesquisa de acadêmicos e acadêmicas. Especificidades da pesquisa qualitativa e a sua utilização no tratamento de temáticas relevantes das escolas e da comunidade em geral nas aldeias. Explicação do tema, do problema, da justificativa, do objetivo e da metodologia da pesquisa.



8º SEMESTRE		
TEMÁTICA	COMPONENTES CURRICULARES	CH
Específica	Nutrição e Segurança Alimentar	60h
	Artes e Educação Intercultural	60h
	TCC II - Pesquisa	60h
	TOTAL HORAS AULA	180h

NUTRIÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR. 60H (T-3; P-1)

Ementa: Estudo de temas relacionados à Educação Nutricional e à Segurança Alimentar que explicitem a importância da soberania alimentar e preservação do ecossistema para o fortalecimento da saúde humana, principalmente dos povos ancestrais do Brasil.

ARTES E EDUCAÇÃO INTERCULTURAL. 60H (T-3; P-1)

Ementa: Arte e suas Linguagens: visão panorâmica do componente curricular. Aspectos teóricos e práticos de elementos visuais. História da Arte ao longo dos tempos: da Pré-História à Contemporaneidade. A Arte Indígena brasileira: pintura corporal, cestaria, cerâmica e plumagem.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC II

Ementa: Aspectos da fundamentação teórica e da produção de dados; o/a consultor/a nativo/a e saberes ancestrais.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO CARLOS ALBERTO
REYES MALDONADO
CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO



PARECER Nº 5/2024 - PRPTI-ATA (11.01.09.02)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Cáceres-MT, 06 de maio de 2024.

PARECER DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO.

ASSUNTO:

PROCESSO DE ABERTURA DO CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA

Este parecer tratará das condições orçamentárias da Universidade do Estado de Mato Grosso para a implementação do curso citado em epígrafe, conforme instrução do Processo nº 23065.007068/2023-65

ANÁLISE:

O curso prevê 80 vagas com carga de 3.360 horas, ofertado na modalidade Presencial, para o ano de 2024. O curso será ofertado de forma gratuita.

O público-alvo são portadores de diploma de nível superior em qualquer licenciatura.

Conforme o projeto pedagógico, previsto no Parecer nº 070/2023 – AGFD/PROEG/UNEMAT, os recursos físicos e materiais para o curso serão ofertados de forma gratuita.

CONCLUSÃO:

Neste sentido, a Pró-Reitoria de Planejamento e Tecnologia da Informação manifesta-se **FAVORÁVEL** à oferta do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena considerando não haver impacto orçamentário à UNEMAT.

Ordenador de Despesas está ciente e de acordo.

Documento não acessível publicamente

(Assinado digitalmente em 07/05/2024 08:27)
DARLAN GUIMARAES RIBEIRO
PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
SNP (11.01.20)
Matrícula: 124829001

Processo Associado: 23065.007068/2023-65

Visualize o documento original em <https://sipac.unemat.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **5**, ano: **2024**, tipo: **PARECER**, data de emissão: **06/05/2024** e o código de verificação: **278ea54163**